

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**PUC – SP**

Paula Martins Xavier Fagundes

Instituto Católico de Estudos Superiores: a formação da intelectualidade  
brasileira católica (1910 – 1932)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2014

Paula Martins Xavier Fagundes

Instituto Católico de Estudos Superiores: a formação da intelectualidade  
brasileira católica (1910 – 1932)

Dissertação apresentada à  
Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para  
obtenção do título de  
MESTRE em Educação:  
História, Política, Sociedade,  
sob a orientação do Professor  
Doutor Mauro Castilho  
Gonçalves

São Paulo

2014

Banca Examinadora

---

---

---

À minha família, que sempre esteve  
comigo, em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar.

Aos meus pais, Dalva e Ricardo, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo quando não conseguia perceber ou quando achava que não precisava. A vocês meus eternos agradecimentos, pois não seria o que sou sem vocês. Palavras nunca serão o bastante para agradecê-los. Ao meu irmão, Renato: sou melhor hoje, pois tive você com quem aprendi a partilhar de tudo. À minha cunhada, Fernanda, por toda a ajuda que me deu durante esse processo.

Ao meu marido, Gustavo. Não tenho palavras para expressar o quanto agradeço a você. O amor, o carinho, a cumplicidade, o respeito e, principalmente, o companheirismo de todos os dias me fez chegar onde estou. Sem você este trabalho não teria sido possível. Obrigada por tudo!

À minha irmã de mãe diferente, Dedé. Obrigada por ser minha amiga-irmã há mais anos que posso contar nos dedos!

À Rê, o meu outro eu, para quem sempre posso recorrer.

Aos meus queridos André, Carol e Joyce, pela amizade de sempre, pela preocupação constante e, principalmente, pela alegria e risadas que me trazem. Tenho o privilégio de tê-los como amigos.

À família com quem me casei: dona Adair e seu Donato, Vanessa, Tom, Luciano, Alessandra, Barbara, Deborah, Fabio, Lara e Caio. Aprendi com vocês que família não é apenas aquela que divide seu sangue, mas aquela com quem você pode ser você mesmo, sem preconceitos e com muito amor.

À minha família materna, que sempre fez de tudo para que me sentisse bem e feliz.

À minha família paterna, que sempre me mostrou que em tudo o que fizermos temos de ter paixão.

Às meninas Joyce, Beth, Tati e Fer, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado nesse caminho, sem questionar, sempre fazendo o máximo para que eu me sentisse bem. E ao Lucas, que sempre me divertiu e me aconselhou. A toda equipe da Escola Educarte de Campinas, pelo apoio, compaixão, carinho e atenção: Gisele, Caio, Arlete, Juliana, Ana Júlia,

Lucilene, Elaine, Martha, Viviam, Ludymilla, Ana Paula, Suéllen, Roberta, Aryane, Altamira, Nane, Marcos e Selma.

À Talita pelas conversas e apoio constante nesse período. À Marina pelas palavras sempre carinhosas e de esperança. À Vânia pela amizade que me permitiu ter.

Aos professores e professoras do EHPS, pela orientação constante, em especial aos professores Mauro, Daniel e Kazumi e às professoras Circe e Alda.

À Betinha, que está sempre pronta a ajudar em tudo o que pode.

Ao professor Ivan Manoel, com quem aprendi muito e serei eternamente grata.

Por fim, ao CNPq pela bolsa concedida.

FAGUNDES, Paula Martins Xavier. 2014. *Instituto Católico de Estudos Superiores: a formação da intelectualidade brasileira católica (1910 – 1932)*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientação: Professor Doutor Mauro Castilho Gonçalves.

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa histórica e teve como objetivo principal verificar a importância e a atuação das lideranças católicas envolvidas na fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES). Fundado em 1932, na cidade do Rio de Janeiro, o ICES foi um primeiro passo tomado para a fundação da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fundada em 1941 e reconhecida como pontifícia em 1946. O recorte cronológico tomado pela pesquisa foi o período de 1910 a 1932, por se tratar do período de maior ação católica no âmbito social, político, cultural e religioso. Ademais, a formação de uma rede de intelectuais católicos permitiu que discussões a respeito da fundação de uma universidade católica tomassem espaço no seio das elites econômicas e sociais, permitindo a fundação do ICES. O estudo se apoiou na análise de artigos de jornais publicados à época, bem como na análise da Revista *A Ordem*, publicada pela Centro D. Vital, órgão vinculado à alta hierarquia católica. Os jornais *Do Brasil* e *A Noite* foram fundamentais para se verificar a movimentação da elite católica a fim de se fundar o ICES. Com base nos resultados é possível afirmar que houve a formação de uma rede de intelectuais ligados à Igreja Católica, no período de 1910 a 1932, articulando projetos a fim de entrar no âmbito do ensino superior brasileiro, dando um primeiro passo para atingir tal projeto fundando o Instituto Católico de Estudos Superiores em 1932.

Palavras-chave: Instituto Católico de Estudos Superiores; Universidade Católica; Intelectualidade Brasileira Católica; Década de 1930

## ABSTRACT

The present work is a historical research and aimed to investigate the importance and the role of Catholic leaders involved in the establishment of the Catholic Institute of Higher Studies (CIHS). Founded in 1932 in the city of Rio de Janeiro, the CIHS was the first step taken for the foundation of the future Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, founded in 1941 and recognized in 1946 as papal. The chronological cut taken by the research was the period of 1910 to 1932, because it was the period of a more intense action of the Catholic church in social, political, cultural and religious context. Moreover, the formation of a network of Catholic intellectuals allowed discussions regarding the establishment of a Catholic university to take place within the economic and social elites, allowing the foundation of the CIHS. The study was based on analysis of newspaper articles published at the time, as well as in the analysis of *Revista A Ordem*, published by D. Vital Center, an agency of the high Catholic hierarchy. Newspapers *do Brasil* and *A Noite* were fundamental to check the movement of the Catholic elite in order to establish the CIHS. Based on the results we can say that there was the conformation of an intellectuals network linked to the Catholic Church, in the period from 1910 to 1932, linking projects to get into the sphere of the Brazilian higher education, giving a first step towards such project when founded the Catholic Institute of Higher Studies in 1932.

Key-words: Catholic Institute of Higher Studies; Catholic University; Brazilian Catholic Intelligentsia; 1930's decade.



## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 – Primeira República, os intelectuais e o rearmamento católico .....</b>	<b>18</b>
1.1 O padre Desidério Deschand e a situação da Igreja nas primeiras décadas republicanas .....	21
1.2 Dom Sebastião Leme e o ensino no Brasil .....	25
1.3 A Ação Católica .....	27
1.3 A Associação Brasileira de Educação .....	32
<b>Capítulo 2 – O Instituto Católico de Estudos Superiores .....</b>	<b>35</b>
2.1 A “Secção Universitaria” .....	36
2.2 A gênese e os objetivos do Instituto Católico de Estudos Superiores .....	40
2.3 Os intelectuais católicos e a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores .....	44
2.4 A imprensa e o Instituto Católico de Estudos Superiores .....	47
2.5 Os primeiros docentes do Instituto Católico de Estudos Superiores .....	52
<b>Considerações finais.....</b>	<b>56</b>
<b>Referências bibliográficas e bibliografia de apoio.....</b>	<b>59</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

Desde há muito a História da Igreja Católica me interessou. Assim, quando ingressei no curso de História, o estudo dessa instituição no Brasil me chamou a atenção, principalmente ao perceber que seu poder ainda perdurava, mesmo com todas as novas igrejas que surgem dia após dia, com todas as dúvidas religiosas que a população possui, com novas bancadas religiosas surgindo no Congresso. Enfim, mesmo com novas relações de poder estabelecidas entre religião, população e nação.

Durante a graduação, meu interesse central foi o estudo da transição da monarquia à república e de que forma a Igreja Católica participou e atuou nesse processo. Ao me aprofundar nas leituras, percebi que a Igreja não apenas participou desse processo como, também, não se desligou do poder como pregava a constituição laica. E o modo pelo qual a Igreja permaneceu no poder político e social foi, em grande medida, por meio da educação. Para comprovar este fato, em meu trabalho de conclusão de curso utilizei a Carta Pastoral de 1890, para demonstrar a intenção da Igreja em permanecer na educação e como essa seria realizada, e o manual didático de Jonathas Serrano, *Epítome de História Universal*, para mostrar que, apesar de juridicamente separada do Estado, a separação pedagógica não existiu, visto que Serrano era um intelectual ligado à Igreja Católica e seu manual foi utilizado até a década de 1930, no governo Vargas.

A Era Vargas sempre me intrigou e, apesar de meus estudos de graduação não terem sido focados nesse momento, minha inquietude permaneceu. Qual a importância de Vargas para a História, além das leis trabalhistas? Por que houve grande admiração por parte de uns, e grande oposição por parte de outros? Quais as reais mudanças empreendidas por Vargas durante seu governo? Qual a participação religiosa na formação da nação da década de 1930? Qual a relação entre Vargas e a Igreja Católica? Por que Vargas permitiu a entrada do ensino religioso, a pedido da Igreja Católica, na Constituição de 1934? Enfim, qual a relação

entre Vargas, homem completamente desligado da vida religiosa, e a Igreja Católica?

Assim, após estudos durante a graduação, verifiquei que o manual de Serrano, ao ser utilizado durante a década de 1930, veiculava a moral cristã e católica a parte das escolas existentes no país. Com isso, a conclusão foi clara: a Igreja Católica não se desligou do governo, apesar de a Constituição de 1891 afirmar o contrário e isso me mostrou que deveria dar continuidade aos meus estudos.

Após leituras, interessei-me pela vida política de dois intelectuais: Everardo Backheuser e o padre Leonel Franca. Backheuser, engenheiro de formação, era, até a morte de sua primeira esposa, alheio à vida religiosa. Quando, em 1928, ela morreu, Backheuser converte-se ao catolicismo, dedicando-se, a partir daí, a um intenso trabalho junto à intelectualidade católica, membro cativo Centro Dom Vital<sup>1</sup> e, posteriormente, auxiliando na fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), no ano de 1932.

Já o Padre Leonel Franca, apesar de possuir saúde frágil desde menino, assumiu diversas iniciativas ligadas à formação de intelectuais católicos, defendendo as posições da Igreja, principalmente no campo da educação. Franca teve papel especial na fundação do ICES, uma vez que, junto a Dom Sebastião Leme, foi o grande articulador de ideias para que a futura universidade católica fosse instaurada no Brasil.

Franca e Backheuser atuaram juntos na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal, dentre outras iniciativas da militância católica. Minha intenção inicial era desenvolver uma pesquisa a respeito da relação entre os dois sujeitos no espectro educacional. No entanto, durante os primeiros semestres do curso de Mestrado, realizei leituras adicionais que fizeram referência ao Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado pelos dois intelectuais supracitados, em 1932.

---

<sup>1</sup> O Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo com o apoio de Dom Leme, tinha como objetivo “catolicizar as leis, lutar pela paz, responder aos apelos formulados por D. Leme em sua Carta Pastoral de 1916, enfim, para contribuir com o episcopado na obra de recatolicização da intelectualidade.” Para isso, foram criadas bibliotecas, imprensa e publicados livros. Em 1928, com a morte de Figueiredo, Alceu de Amoroso Lima assume a direção do Centro. Tanto sob a coordenação de Figueiredo, quanto de Lima, o Centro buscou aglutinar forças católicas a fim de mediar a elite católica, a hierarquia e os intelectuais com os fiéis em geral. DIAS, 1996.

Desenvolvi pesquisas adicionais a respeito de tal Instituto e constatei que o Instituto e sua história foram objetos de algumas produções acadêmicas, com destaque aos trabalhos de Tânia Salem em seu capítulo intitulado “Do Centro D. Vital à Universidade Católica”, publicado em 1982 na obra de Simon Schwartzman, *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Romualdo Dias em sua obra *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*, Olinda Evangelista em sua tese de doutorado intitulada *A formação do professor em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)* e Alípio Dias Casali em sua tese de doutorado intitulada *Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja*.

Porém, as publicações sobre o ICES não são muitas e, no entanto, ele foi, junto à Ação Universitária Católica (AUC, criada em 1929), uma entidade pensada e criada para que a Igreja tivesse uma atuação no âmbito universitário. Não apenas isso, o ICES era visto pela intelectualidade católica do momento e pelo Centro D. Vital como o primeiro germe de uma Universidade Católica. Em discurso proferido na inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, Alceu Amoroso Lima declarava: “E que nossa pequenina iniciativa pudesse vir a ser semente da grande árvore frondosa para que ha muito apellamos: a Universidade Catholica Brasileira.” Estas palavras foram veiculadas pela revista *A Ordem*, em junho de 1932. (*A Ordem*, v. 12, nº. 28, junho de 1932, p. 425). Assim, a cada descoberta a respeito da história do ICES, deparei-me com a inexistência de trabalhos focados na análise do dito Instituto, o que me deixou cada vez mais intrigada e que me permitiu desenvolver este trabalho.

Para desenvolver este trabalho, foram pesquisadas e analisadas edições da Revista *A Ordem*, a qual foi, notadamente, um órgão de disseminação das ideias católicas. Foi feito o levantamento e leitura das edições de 1928 a 1940 para verificar o surgimento da ideia de universidade católica, o nascimento do ICES e dos ideais aos quais deveria responder.

Outras fontes de análise foram jornais cariocas que mostraram, de alguma forma, a dinâmica interna do Instituto. Foram analisados:

*Jornal do Brasil*: fundado em 09 de abril de 1891, teve grande importância política e social ao divulgar notícias do Brasil e do mundo; foram analisados exemplares da década de 1930, os quais possuem artigos, divulgações e propagandas do ICES.

*Jornal A Noite*: fundado por Irineu Marinho, o *Jornal A Noite* surgiu devido a um desentendimento entre esse e a direção da Gazeta de Notícias; foram analisados exemplares da década de 1930, os quais possuem divulgações de cursos do ICES.

Os dois jornais mencionados acima são do Rio de Janeiro e possuem seus exemplares digitalizados e divulgados pelo sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

A partir da análise das fontes acima mencionadas, procurei compreender como se deu o funcionamento do Instituto Católico de Estudos Superiores, quais os intelectuais responsáveis por sua concepção, o meio cultural, social, político e econômico em que se inseriam e compreender as relações entre sujeitos e instituição.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as origens históricas do Instituto Católico de Estudos Superiores, primeiro passo em direção à fundação de uma Universidade Católica do Brasil.

A pesquisa procurou compreender os interesses da intelectualidade católica ao fundar o ICES e seu funcionamento inicial. Além disso, pretendeu-se verificar qual o quadro docente e sua relevância política para a década de 1930.

Assim, a pesquisa objetivou compreender as relações entre intelectualidade católica e Instituto Católico de Estudos Superiores e verificar sua importância no âmbito social e político brasileiro da década de 1930.

Os objetivos específicos dessa pesquisa foram:

Compreender as intencionalidades da intelectualidade católica do momento, visando entender suas práticas e ações;

Analisar a origem da motivação de fundação de uma universidade católica a partir da fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores;

Averiguar a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, considerando esse fato como primeiro resultado de discussões no seio da intelectualidade católica das décadas de 1920 e 1930 acerca da fundação de uma universidade católica;

Examinar o quadro docente, sua participação política nas condições intelectuais, políticos e católicos;

O Instituto Católico de Estudos Superiores foi a resposta às discussões de cerca de duas décadas, entre 1910 a 1930, a respeito da formação de uma universidade católica no Brasil para que a elite tivesse uma formação intelectual e moral ligada à Igreja Católica. Assim, a hipótese inicial é a de que os sujeitos, que participaram da fundação do ICES e os que receberam sua formação complementar no Instituto, tiveram uma experiência intelectual que os possibilitou atuar em outros espaços políticos e essa participação permitiu à Igreja atuar mais ativamente na política brasileira da década de 1930. Uma vez que, como

Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos. (COUTROT, 2003, p. 331)

Para responder a essa hipótese, a pesquisa trabalhou com os motivos e a efetiva fundação do ICES e a história dos sujeitos responsáveis por essa fundação. Dessa maneira a pesquisa pode verificar a importância do estudo do ICES como instituição responsável por fornecer formação complementar a diversos alunos que fizeram parte da vida política do país.

Para a compreensão do significado do ICES, recorri ao referencial de Antonio Gramsci e a sua análise acerca do papel histórico e político dos intelectuais em suas variadas concepções. Para o pensador,

todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1982, p. 8)

Para verificar a ação de intelectuais em uma sociedade, é preciso considerá-los como pertencentes a um quadro geral de hierarquias no mundo do trabalho. Assim, todo intelectual não age por si só, mas em conjunto, em uma sociedade da qual é fruto. Dessa maneira, os intelectuais agem articulados em uma rede, construindo uma trama histórica.

No que diz respeito ao estudo do ICES levei em consideração as duas vertentes de intelectual a que se refere Gramsci: o intelectual orgânico e o intelectual tradicional. Enquanto o intelectual tradicional era o literato, o filósofo, o orador, preso à academia, produzindo o que nada tinha a ver com a realidade, o intelectual orgânico é todo ser humano que representa conscientemente os pontos de vista do grupo social ao qual está ligado. Dessa forma, todos os homens são intelectuais, ainda que diferentes. No entanto, enquanto o intelectual orgânico já fazia parte de uma rede de intelectuais pertencentes à determinada classe, o intelectual tradicional deveria ser cooptado a fazer parte de determinada classe, pois não pertence a qualquer uma. Para Gramsci (1982, p. 9) “(...) a assimilação e conquista dos intelectuais tradicionais será tanto rápida e eficaz, quanto o grupo tenha, simultaneamente, produzido seus próprios intelectuais orgânicos.”.

Carlos Eduardo Vieira, em artigo publicado pela *Revista Brasileira de História da Educação* intitulado “*Intelligentsia* e intelectuais”, publicado em 2008, trabalha o conceito de intelectuais e *intelligentsia*, seu desenvolvimento na História durante os séculos XIX e XX. Em seu artigo, Vieira trabalha com os pensadores Karl Mannheim, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu. A intenção do autor é a de “indicar os significados sintéticos dessas categorias, assinalando pontualmente os contrastes, as aproximações, as potencialidades e os limites dos três conceitos analisados”. (VIEIRA, 2008, p. 67)

Para Mannheim, segundo Vieira,

Compreender as razões sociais dos antagonismos seria, para ele, essencial para ultrapassar as visões determinadas pelos vieses produzidos e internalizados pelas condições sociais de existência. A sociologia do conhecimento [...] produziria uma síntese das perspectivas, superando ou minorando os antagonismos que tensionam as relações entre os diferentes grupos e que obstaculizam a definição de um projeto de desenvolvimento social planejado e negociado.

Nesse quadro teórico percebemos a pretensão de intervenção, bem como a representação dos intelectuais ou, mais propriamente, da intelligentsia como agente social mediador. (VIEIRA, 2008, p. 75)

Assim, segundo Vieira, Mannheim desenvolve sua ideia de intelectual como aquele que media os conflitos sociais, possuidor de conhecimentos únicos que “reuniriam as condições racionais para localizar historicamente e socialmente os condicionamentos que originam as formas de pensar antagônicas.” (VIEIRA, 2008, p. 75)

Gramsci, por outro lado, segundo Vieira, ainda que considere o intelectual como aquele capaz de mediar conflitos, define-os, também, como dirigentes e organizadores da cultura. Para Vieira,

Os intelectuais são analisados na obra de Gramsci como agentes políticos determinantes, isto é, como estrategistas responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural. Nesse quadro analítico não é a sociologia do conhecimento o saber que confere centralidade aos intelectuais na cena política, mas sim a ciência e a arte política. Essa concepção reitera a positividade do engajamento da elite intelectual, contrastando, tal como Mannheim, com a tese do ascetismo dos clérigos. (VIEIRA, 2008, p. 76)

Ainda no que se refere a Gramsci, Vieira salienta que “os intelectuais em Gramsci não são autônomos em relação às principais forças sociais, uma vez que são expressões dessas forças.” (VIEIRA, 2008, p. 78). Assim, o intelectual para Gramsci nada mais é que o resultado da atuação das forças sociais, respondendo às demandas e necessidades das mesmas.

Vieira analisa, também, o papel do intelectual desenvolvido por Bourdieu. De acordo com Vieira, Bourdieu apresenta os intelectuais como produtores de capital simbólico, “expressando os interesses das classes dominantes e aqueles próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico.” (VIEIRA, 2008, p. 79) Bourdieu critica duramente os intelectuais, principalmente aqueles vinculados aos partidos de esquerda tradicional. Segundo Vieira, a meritocracia naturaliza a hierarquia e as instituições de poder, isto é,



O processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internaliza esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por consequência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito. (VIEIRA, 2008, p. 79)

No que diz respeito ao estudo do Instituto Católico de Estudos Superiores, os intelectuais ali presentes no papel de professores faziam parte de uma elite católica que tinha a intenção de manter seu status e, ao mesmo tempo, formar novos membros da elite a fim de manterem-se ligados à alta intelectualidade brasileira e, ao mesmo tempo, doutriná-los dentro da religião católica para que esta não perdesse seu lugar como religião da maioria brasileira. Isto significa que a elite católica procurou formar novas tradições mantendo, porém, características das mais antigas ligadas à Santa Sé.

Os intelectuais católicos das décadas de 1910 a 1930, bem como suas ações, foram resultado das atuações das forças sociais presentes no Brasil. Isto é, responderam às demandas da sociedade, criando o ICES como forma de atuar mais diretamente na elite e, assim, ter atuação mais dominante no que se refere às classes populares. Além disso, os intelectuais ligados à fundação e a perpetuação do ICES eram detentores de capital cultural, econômico e simbólico, ou seja, o ICES foi expressão de interesses de uma classe dominante específica, buscando manter seu status e situação de superioridade perante as demais classes.

Segundo Sirinelli (2003), os intelectuais agem em uma rede de sociabilidades, onde fazem gerar ideias e ideais sobre suas realidades. Além disso, Sirinelli verifica duas variantes de intelectuais: a primeira, ampla e sociocultural as quais abrangem jornalistas, artistas, professores e uma segunda, baseada na ação engajada de diversos pensadores, ligada a ações diretivas. Dessa maneira, o autor explica que há uma ligação entre campo intelectual e político, fazendo uma análise das estruturas de sociabilidade, afinidades e vocações com áreas de conhecimentos e dos laços que se estabelecem pelas circunstâncias do meio. Assim,

[As duas acepções mencionadas] são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que vive – especialização esta que legitima

e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente no sentido fotográfico do termo. (SIRINELLI, 2003, p. 243)

Dessa maneira, os intelectuais criadores e participantes do ICES, ligados em uma rede de influências entre si, são detentores do poder de domínio cultural essencial para um projeto político hegemônico, ou seja, ao criarem cursos, ainda que de síntese, das Ciências Humanas, pensaram em orientar membros de uma elite na concepção católica de vida, fazendo com que a mesma passasse a fazer parte da vida cotidiana brasileira, no campo educacional, político, social, econômico e cultural.

Ainda há de se considerar duas dimensões: o campo intelectual e o campo político. Segundo Bontempi Jr. (2001),

sob determinadas condições históricas, o intelectual se torna um agente político marcante na sociedade, seja porque participa da organização do poder estabelecido, seja porque é por ele reprimido e confinado. (BONTEMPI Jr., 2001, p. 16)

Dito isso, deve-se pensar na formação de uma rede de intelectuais católicos que tinham por finalidade serem agentes políticos ativos na década de 1930. Para isso, esses intelectuais visavam atingir as elites brasileiras com seus ideais católicos e, assim, forma-las ligadas à tal religião. Para atingir tal propósito, criaram o Instituto Católico de Estudos Superiores.

Para melhor desenvolver o trabalho, o mesmo está dividido em dois capítulos assim dispostos: o primeiro capítulo aborda o cenário brasileiro católico do início da República. Isto significa que foi analisado o momento de rearmamento católico no início do século XX a fim de se compreender a ação da intelectualidade católica brasileira ao se fundar, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores. Preocupei-me em compreender a ação de intelectuais ligados à alta hierarquia

católica e as mudanças implementadas pelos intelectuais para que pudessem formar uma elite econômica, social e política ligada à fé e ao pensamento católico. Busquei, para tanto, analisar o pensamento de Desidério Deschand em sua obra *A situação actual da religião no Brazil*, publicada em 1910. Também atentei-me para as Cartas Pastorais de 1890, momento da transição do regime monárquico para o republicano no Brasil, e de 1916, proferida por Dom Sebastião Leme. Busquei focar meus estudos no que esses intelectuais retratam a respeito do ensino religioso no Brasil.

Ainda no primeiro capítulo, busquei compreender a atuação do laicato católico dentro da Revista *A Ordem* e do Centro D. Vital. Ambos os órgãos de caráter elitista, buscaram atrair a intelectualidade do país e, assim, formar pensadores católicos que propagassem as ideias da Igreja. Também analisei a função da Associação Brasileira de Educação. Órgão que contava com pensadores de diversos ambientes intelectuais, a ABE discutia os problemas educacionais brasileiros. Contou com pensadores leigos e com intelectuais ligados à Igreja Católica.

No segundo capítulo busquei analisar a gênese, os objetivos e os intelectuais que atuaram na fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores. Partindo da análise da “Secção Universitaria” da Revista *A Ordem*, pude verificar as ideias e concepções por trás da fundação do ICES, percebendo a existência de uma rede de intelectuais que participaram de tal fundação. Também busquei analisar a imprensa da época ao se referir à fundação e à atuação do ICES. Para tanto, analisei os jornais *do Brasil* e *A Noite*, verificando que a imprensa atuou de forma marcante para disseminar as ideias e intenções do Instituto.

## CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA REPÚBLICA, OS INTELLECTUAIS E O REARMAMENTO CATÓLICO

A transição entre os séculos XIX e XX significou grande mudança na Igreja Católica. A extinção do regime do Padroado, por meio do Decreto republicano 119-A, possibilitou à instituição uma relativa independência, unindo-se, formamente, à Santa Sé. O Decreto, ainda, proclamou a secularização dos cemitérios e dos órgãos públicos e a institucionalização do casamento civil. Tais medidas apontaram um novo cenário de atuação política da Igreja, que passou a enveredar esforços em torno de projetos específicos de articulação com a sociedade civil, por meio de vários mecanismos de ação, tais como a imprensa, a criação de dioceses e instituições de ensino, dentre outras iniciativas de maior alcance missionário e pastoral.

A Igreja Católica reformulou sua atuação perante a sociedade civil, chamando o laicato católico a intervir ativamente na vida política e social do país. Essa convocação veio, primeiramente, por Leão XIII, sendo reforçada por Pio XII. A intenção dessa chamada era a de centralizar a autoridade da Igreja, marcando a maior atuação do laicato na sociedade. A centralização, também denominada pela historiografia de romanização, teve grandes defensores dentro do Brasil, como D. Leme<sup>2</sup> e D. Becker<sup>3</sup>, os quais colocaram a importância da doutrina na vida católica, como elemento de unidade e autoridade. Segundo Ivan Manoel (2004),

---

<sup>2</sup> O Cardeal D. Sebastião Leme iniciou sua vida religiosa em 1824, quando frequentava o Colégio Ávila e fez sua primeira comunhão, mostrando-se inclinado para o sacerdócio. Em 1896 partiu para Roma para realizar estudos em um colégio jesuíta. Lá, estudou filosofia e humanidades. Em 1900 recebeu o título de doutor em filosofia e deu início ao seu curso de teologia. Em 1904 realizou sua primeira missa em Roma. Retornou à São Paulo e lá iniciou seu trabalho de evangelização, fundando o jornal *A Gazeta do Povo*, jornal com a intenção de defender a religião católica e o clero. Em 1908, já bispo da diocese de São Paulo, é nomeado diretor do jornal *Boletim Eclesiástico*. Em 1910 é nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, mas, suas diferenças com o Cardeal Arcoverde fizeram com que, em 1916, fosse nomeado arcebispo de Olinda. Devido às más condições de saúde do Cardeal Arcoverde, o papa Bento XV nomeia D. Leme arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Ele iniciou o trabalho em seu novo cargo reformando o ensino sacerdotal e deu novo impulso às obras de vocações sacerdotais, a fim de realizar pregações especiais voltadas para despertar jovens católicos ao exercício do sacerdócio. Além do trabalho no interior da Igreja, D. Leme também organizou intelectuais leigos católicos pretendendo aumentar a difusão da religião na sociedade, bem como ligar a Igreja ao Estado brasileiro. Apoiou a iniciativa de Jackson de Figueiredo de criação da Revista *A Ordem* e do Centro D. Vital, a criação de diversas associações católicas, do Instituto Católico de

Em uma definição bastante esquemática, entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoiava em: 1) reforço do magistério tradicional, incluindo a retomada do tomismo como única filosofia válida e aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade do Papa, no Concílio do Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) a adoção do medievo como paradigma de organização social, política e econômica. O objetivo desta política era, de imediato, preservar a instituição e, a médio e longo prazo, recristianizar a sociedade, de modo a recolocar a Igreja como centro de equilíbrio mundial. (MANOEL, 2004, p. 45)

A atuação política do laicato era peça fundamental para que houvesse a centralização almejada pela Igreja. Segundo Pinheiro et al (2006),

Nosso ambiente cultural se distribuía, pois, por estas três correntes de pensamento – o espiritualismo, o materialismo e o ceticismo. Podemos dizer que, durante este final do século XIX, o que se constatou foi a crescente descristianização das camadas superiores da população, enquanto que as expressões religiosas da camada popular conservavam sua fé tradicional, apesar de marcadas pelos vícios de uma formação religiosa mais sentimental que racional. (PINHEIRO et al, 2006, p. 359)

A Igreja passou a promover ações específicas que pudessem chamar estas camadas para participação pastoral, dentre elas o investimento e inserção na imprensa e instituições de ensino, particularmente o superior, assunto analisado

---

Estudos Superiores e a criação da primeira Universidade Católica na década de 1940. Em outubro de 1942, D. Leme falece na cidade do Rio de Janeiro. “LEME, SEBASTIÃO”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEME,%20Sebasti%C3%A3o.pdf>.

Acesso em 20 de agosto de 2014.

<sup>3</sup> Nascido na Alemanha em 1870, mudou-se para o Brasil com oito anos de idade. Estudou no Colégio dos Padres Jesuítas de São Leopoldo (RS) e, mais tarde, no Ginásio Nossa Senhora da Conceição. Em 1891 ingressou no Seminário de Porto Alegre, estudando filosofia e teologia. Foi ordenado sacerdote em 1896, sendo nomeado vigário da paróquia Menino de Deus, em Porto Alegre, onde atuou entre 1896 e 1908. Fundou a *Revista Eclesiástica* em 1906 juntamente com o padre Luís Mariano da Rocha. Em 1908 é nomeado o primeiro bispo da diocese de Santa Catarina, realizando obras sacerdotais nas cidades do interior de Santa Catarina, bem como introduzindo o estudo de Geografia e História junto ao de Ensino Religioso nas escolas. Em 1912 tornou-se arcebispo de Porto Alegre, criando, em seu arcebispado, paróquias, construindo a Catedral Metropolitana de Porto Alegre, fundou a Pia Obra das Vocações Sacerdotais, formou núcleos da Ação Católica em diversas paróquias, criou círculos operários no estado do Rio Grande do Sul, instituiu e primeira unidade da futura PUC-RS, dentre outras ações. Foi convidado, em 1931, para discursar na inauguração do Cristo Redentor. Criou, em 1935, a Ação Social Brasileira, a qual defendia a luta contra o comunismo e a defesa da Constituição Federal, respeitando os valores cristãos católicos. Adoecendo em 1942, falece em Porto Alegre no ano de 1946. “BECKER, JOÃO”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BECKER,%20Jo%C3%A3o.pdf>.

Acesso em 20 de agosto de 2014.

mais adiante. Além disso, a centralização valia-se de tradição já disseminada no seio católico: a “doutrina da ordem”. Esta pregava que se deveria fortalecer a autoridade papal, o poder da Igreja perante o Estado e o poder do clero perante os leigos. Dever-se-ia, ainda, combater o laicismo, vigiar professores de seminários e universidades, endurecer a censura, ou seja, tornar a Igreja mais forte e conservadora, voltando-se à disciplina e à ordem. No Brasil, a “doutrina da ordem” foi amplamente divulgada pela ação do episcopado e de uma elite de intelectuais católicos.

A “doutrina da ordem” assumiu características específicas no Brasil. De certa forma era consensual entre os representantes da Igreja, a existência de uma crise política e moral na sociedade brasileira, ocasionada, particularmente, pela proclamação da República. Reformas internas e uma maior presença nas instâncias políticas e culturais da sociedade foram o caminho escolhido pela hierarquia católica. Segundo Mainwaring (1989),

De um modo geral, entre 1890 e 1916 a Igreja se preocupou sobretudo com a consolidação de reformas internas, mas alguns líderes começaram a promover uma presença mais marcante na sociedade, antecipando o modelo da neocristandade. O surgimento do modelo da neocristandade pode ser datado de 1916, mas os vinte e cinco anos precedentes se caracterizam por adaptações institucionais aos desafios de existir numa república secular. (MAINWARING, 1989, p. 42-43)

No seio dessas mudanças internas da Igreja, como, por exemplo, sua reestruturação, aceitação e exposição de ideias em relação ao mundo moderno, houve, no entanto, a manutenção de seu caráter conservador: ainda que aceitasse, a partir da *Rerum Novarum*<sup>4</sup>, de 1891, alguns aspectos do “paradigma moderno”, a Igreja continuava a repudiar esforços para que se adaptasse ao mesmo, mantendo-se conservadora e preservando a condição da manutenção de seu *status* na sociedade. Ainda segundo Mainwaring, “A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder.” (MAINWARING, 1989, p. 44)

---

<sup>4</sup> A encíclica *Rerum Novarum*, promulgada em 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII, condenava a usura, o capitalismo moderno, declarava legítima e recomendável a propriedade privada e salientava que o trabalho era um direito acompanhado e sustentado por outros direitos.

Como destaca o autor, a partir de meados da década de 1910, nota-se a existência de dupla tendência no meio católico: de um lado, um movimento que pregava a reestruturação interna da Igreja; de outro, uma ação mais efetiva da instituição junto à população. A primeira tendência estava ligada ao processo de romanização supracitado, exigência da Santa Sé, respondendo às suas designações. A segunda tendência, por sua vez, priorizava a ação pastoral, dando ênfase às cartas pastorais e missões, bem como à participação da Igreja no mundo secular, por meio da imprensa periódica, por exemplo.

Na passagem do século XIX para o século XX foram realizados congressos católicos para discutir a então situação da Igreja Católica no Brasil e a necessidade de mobilização dos católicos nas áreas do jornalismo, do sindicalismo e da educação. Assim, uma figura marcante foi a do padre Júlio Maria, doutor em Direito, que se ordenou sacerdote em 1891, após o falecimento de sua esposa. Segundo Pinheiro et al (2006),

[...] este grande apóstolo, no início da República, procura advertir os católicos conservadores ou reacionários contra o engano de ligar a fé a um regime; censura a tímida e incompleta fé religiosa daqueles que não participam da luta social, com falsos pretextos de falta de ortodoxia dos seus líderes; formula o que lhe parece constituir o dever atual dos cristãos e sacerdotes em nossa pátria [...] (PINHEIRO et al, 2006, p. 363)

O dever cristão ao qual o padre Júlio Maria, segundo Pinheiro, referia-se era o de que a Igreja deveria estar ao lado do povo, unindo-se para sanar os problemas do país. Este era um novo caráter dado à Igreja e à sua ação pastoral.

### **1.1 O padre Desidério Deschand e a situação da Igreja nas primeiras décadas republicanas**

Dentre os intelectuais católicos destacou-se o padre Desidério Deschand. Em 1910, publicou a obra *A situação actual da religião no Brazil*. Para fins desta pesquisa, este livro, assim como outras intervenções da hierarquia católica no campo das orientações pastorais, torna-se referência para a compreensão de alguns aspectos que podem explicar a articulação, por parte de segmentos influentes do catolicismo, das duas tendências acima arroladas.

Segundo Deschand, a situação religiosa do Brasil era vista por todos como próspera. No entanto, o católico defendia posição contrária. Havia tantos males que poderiam amontoar “immensas ruínas para a Religião e a Patria!” (DESCHAND, 1910, p. 3). Para o intelectual, os maiores males que assolavam o Brasil à época eram a escola leiga e a má imprensa. Estas preparavam a opinião pública e possuíam, assim, grande poder de persuasão.

Além dos males acima citados, o Brasil sofria com a separação entre Igreja e Estado. Para Deschand,

[...] num paiz cuja maioria dos habitantes professa a religião catholica, a separação da Igreja e do Estado é, não só um atentato à Divindade e à verdadeira religião, mas ainda uma affronta às crenças e à vontade do povo. (DESCHAND, 1910, p. 33).

Em sua obra, Deschand denunciou a marginalização política e social da Igreja, afirmando a necessidade do Estado reconhecer a “superioridade das leis divinas”.

Acima de qualquer Constituição estão as leis divinas, tanto a natural como as positivas, e em certas matérias também as leis ecclesiasticas. O catholico brasileiro, portanto, só pode acceitar a Constituição de 24 de fevereiro emquanto esta não offende sua consciencia. Ora, si, em seu conjoncto, ella é uma lei justa e bastante liberal, encerra também uma serie de artigos attentatorios aos direitos superiores de Religião e da consciencia catholica. (DESCHAND, 1910, p. 22)

E continua a afirmar que

A união entre a Igreja e o Estado, cujo restabelecimento devem exigir os catholicos brasileiros, é a união de dous poderes que se complementam um ao outro, se sustentam mutuamente e prestigiam para o progresso intellectual e moral do povo, para maior efficacia das leis e respeito da auctoridade, certos de que são immensos os bens que para ambos derivam dessa união, em troca de poucas e insignificantes concessões mútuas. (DESCHAND, 1910, p. 36-37)

Assim, a união entre Estado e Igreja era algo natural para Deschand, que deveria ocorrer e vigorar como o era “na grande maioria dos paízes civilizados, monarchias ou republicas.” (DESCHAND, 1910, p. 35).

Deschand tratou, também, da questão educacional em sua obra. Para o pensador,

O ensino leigo foi introduzido na legislação como consequencia da Separação da Igreja e do Estado. Acabo de provar que a Separação é um principio falso, perigoso, attentatorio da Soberania do povo catholico.



Falsas, portanto, são também, as consequências que de tal princípio tiraram os legisladores da Constituinte, são nullas de pleno direito e deverão ser riscadas da Constituição, logo que no Parlamento tiverem os catholicos a maioria que teem no seio da nação e no eleitorado.

A este argumento contra a admissão do ensino leigo no Brazil posso acrescentar, como no capitulo primeiro, o seguinte, decisivo e irresponsivel, mórmente em uma democracia: *o povo brasileiro nunca quiz nem quer o ensino leigo!* (DESCHAND, 1910, p. 51-52)

Assim, quando os católicos brasileiros tomassem seus lugares no Parlamento que, segundo Deschand, eram seus por direito, por ser uma nação de maioria católica, o ensino deixaria de ser leigo, pois passaria a responder às necessidades, aos desejos e às aspirações da maioria da população. O fim do ensino religioso e o advento do ensino leigo só ocorreram em razão da separação oficial entre Igreja e Estado no país com a Constituição de 1891.

Para o padre, a Constituição feria a herança que a Igreja havia deixado ao Brasil, ao oficializar a separação entre Igreja e Estado. E o mais importante: afirmava que a República deveria respeitar a vontade da maioria da população. No entanto, não era isso que vinha acontecendo. Os pais católicos possuíam o direito inviolável de educar seus filhos, especialmente dentro da doutrina católica. O ensino leigo os impedia de assim o fazerem. Isso, portanto, feria a liberdade pregada pela República e ia contra ao caráter republicano brasileiro. A educação, dentro do ensino religioso nas escolas, seria responsável por minar as forças da modernidade que entrava nas famílias.

Para sanar os problemas apresentados, Deschand acreditava ser de extrema urgência e importância a criação de um partido católico.

Sem mais, colocarei em primeiro lugar o meio efficacissimo, absolutamente necessário e, só por si, sufficiente para supprimir todos os males oriundos da Constituição: a formação immediata e solida organização do *Partido Catholico*. (DESCHAND, 1910, p. 183)

Além disso, previa mudanças na imprensa, na educação e na ação social católica. Isso significa a influência católica adentrar, de fato, a vida dos brasileiros. Segundo o intelectual,

Na Imprensa teem os catholicos a arma poderosa, insubstituível, para vencerem no glorioso combate que a sua consciencia e seu patriotismo os obrigam a travar para a regeneração social do Brazil.

[...]

[...] há um único remédio efficaz ao maior dos males existentes no Brazil, isto é, ao ensino leigo: este remédio é a supressão completa de tal ensino,

a qual sómente se poderá realizar no dia em que os catholicos, organizados em Partido politico, tiverem a maioria no Congresso Nacional.

[...]

A organização das forças catholicas no terreno político; a fundação, propagação e federação da boa imprensa; a lucta contra o ensino leigo formam um programma de acção já bem vasto, sobretudo visto ser necessária e urgente a atuação *simultânea* nas três partes desse programma. (DESCHAND, 1910, p. 209, 231, 251)

Percebemos, assim, que Deschand acreditava ser a solução para os problemas brasileiros a ação católica ligada à ação política. Assim que os católicos assumissem seus lugares, por direito, nos parlamentos ocorreriam as necessárias mudanças na imprensa, órgão veiculador de ideais, na educação, que não deveria ser leiga, uma vez que Deschand acreditava ser a escola um “prolongamento da família” (DESCHAND, 1910, p. 72), e na sociedade, uma vez que esta seria transformada a partir das mudanças atingidas nas instâncias já citadas.

No que diz respeito à ação pastoral, a Igreja passou a divulgar suas orientações por meio das chamadas Cartas Pastorais. Estas foram e são instrumentos de divulgação e implementação da doutrina católico-romana. Eram dirigidas aos diocesanos, ao clero e aos leigos e tratavam de assuntos diversos: questões doutrinárias ligadas à fé, aos costumes, aos problemas de interesse da Igreja. Enfim, assuntos ligados ao cotidiano católico. No entanto, as Cartas Pastorais, segundo Oscar Lustosa (1983), utilizavam expressões rebuscadas, o que comprometia a leitura por fieis leigos e em razão da quantidade significativa de analfabetos, situação que obrigava padres e missionários a “trocar em miúdos a mensagem que as Cartas Pastorais traziam” (LUSTOSA, 1983, p. 24).

Diversas foram as Cartas Pastorais divulgadas pela Igreja Católica. No início da República, a Igreja divulgou sua inquietação e insatisfação com o advento de tal sistema de governo. Em janeiro de 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca assinou o Decreto 119-A, o qual, dentre diversos assuntos, recusou a união entre poder civil e eclesiástico, decretou a liberdade de culto e tratou da questão do ensino religioso no Brasil, proibindo-o nas escolas públicas. Como resposta, o episcopado brasileiro publicou, no mesmo ano, uma Carta Pastoral, repudiando as decisões impostas pelo governo, em especial à proibição do ensino religioso em escolas públicas. Para o episcopado, a separação entre Igreja e Estado traria apenas um resultado: o fracasso do Brasil.

## 1.2 Dom Sebastião Leme e o ensino no Brasil

Bem como a Carta Pastoral de 1890, a Carta de 1916, escrita pelo então Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, buscou alcançar o maior número de fieis e mostrar, seis anos após a publicação da obra de Desidério Deschand, os problemas e males pelos quais o Brasil passava à época, bem como indicar as soluções.

Assim como o padre Deschand, Dom Leme acreditava que o ensino leigo não trazia benefícios à constituição do Brasil como nação. O cardeal percebia, tal como o padre, que os males do país estavam ligados à ignorância religiosa, que deveria ser suprimida pela ação escolar. No entanto, deveria constar na Constituição de 1891 de nosso país seu caráter católico, uma vez que a nação era majoritariamente católica. Segundo Dom Leme,

Na verdade, os catholicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, catholicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida politica. Não é catholica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade.

Leigas são nossas escolas; leigo, o ensino. A força armada da Republica, não se cuida da Religião.

Enfim, na engrenagem do Brasil official não vemos uma só manifestação da vida catholica. (LEME, 1916, p. 17)

Apesar de ser um país essencialmente católico, Dom Leme criticava a nação e a população: se o Brasil o era assim, onde estavam os católicos e o que faziam para agir em nome da Igreja? Para Dom Leme, “são catholicos de nome, catholicos por tradição e por habito, catholicos só de sentimento.” (LEME, 1916, p. 16).

Com sua Carta Pastoral, que seria lida aos fieis nas missas, Dom Leme buscou a mesma finalidade que Deschand: conscientizar a população católica de que deveriam tomar seus lugares, mostrando a insatisfação da Igreja com o fim do ensino religioso, com a separação entre Igreja e Estado.

Segundo o cardeal, a falta de instrução religiosa era “a causa ultima dos nossos males.” (LEME, 1916, p. 23). Era, para ele, um vexame que os católicos eram numericamente majoritários no Brasil e, ainda assim, não possuíam influência nas decisões que governavam a nação. Ao contrário, porém, de Deschand, Dom

Leme não propunha a criação de um partido católico, mas propunha a ação católica na sociedade. Para ele,

Si, de facto, não somos uma força determinante no regimen publico do Brasil, é porque não temos a comprehensão nítida dos nossos deveres sociaes, não cultivamos hábitos de propaganda, não recebemos tradições de disciplina.

Em uma palavra, falta-nos desenvolver aquella acção que, por interessar de perto á Igreja e á sociedade, muito bem é chamada *acção social catholica*. (LEME, 1916, p. 27)

Dom Leme dizia haver uma crise moral no Brasil que só poderia ser solucionada com uma reação católica.

Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? [...] Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente. (LEME, 1916, p. 6)

A ineficiência citada pelo Cardeal era devido à ignorância da população em relação à religião católica, o que fazia com que os católicos não atuassem socialmente. Dom Leme também enfatizou o papel do intelectual na construção do catolicismo ao apresentá-lo como aquele que poderia atingir diversas camadas da população, levando a fé e a crença de que o Brasil era um país eminentemente católico. Segundo Pierucci et al (2007),

[...] a Igreja se preocupava com a formação de intelectuais católicos. Toda a formação superior no país era agnóstica, positivista e anticlerical. Dom Leme compreendia o papel do intelectual como vanguarda do catolicismo e por isso deu enorme atenção ao grupo do Centro D. Vital, estendeu sua influência, confiando-lhe tarefas políticas como a LEC, tarefas pedagógicas como a Associação dos Professores Católicos, transformada bem cedo em Confederação Católica Brasileira da Educação, de âmbito nacional (1935), tarefas como a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), tarefas de militância apostólica através da Ação Católica (1935) e finalmente a tarefa coroamento de todas as outras, repensar a cultura nacional à luz da fé, através da Universidade Católica (1942). (PIERUCCI et al, 2007, p. 369-370)

A solução encontrada por Dom Leme para sanar o que ele denominava “problemas brasileiros” era a educação religiosa, e, assim, tornar o Brasil uma “verdadeira nação católica”.

As Cartas Pastorais datadas de 1890 a 1930 estavam alinhadas às orientações da Santa Sé no que tange a doutrina e ação pastoral e missionária. Assim, decisões tomadas por Roma deveriam se fazer valer no Brasil. A partir do advento da República até 1930, as Cartas Pastorais divulgavam informações coerentes ao processo de romanização pela qual passava a Igreja Católica no mundo. As Cartas eram o “meio de orientação e ensinamento dos princípios teológicos, doutrinários e morais para o clero e fiéis, sua função precípua apresentava um duplo sentido: a coesão ideológica e a coerção disciplinar.” (FERREIRA, 1994, p.171).

### 1.3A Ação Católica

Qualquer projeto que a Igreja viesse a ter referente a mudanças políticas só poderia ocorrer se a sociedade passasse por um processo de “cristianização”. Surge, assim, a chamada Ação Católica. Segundo Romualdo Dias (1996), “Pio X definiu a Ação Católica pautado no combate ao laicismo, incentivando a participação de leigos na Igreja, e na reação contra o individualismo, propondo a subordinação à hierarquia.” (DIAS, 1996, p. 88). Ainda segundo Dias,

A definição da Ação Católica está na Encíclica *Ubi arcano Dei*: “A Ação Católica é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Jesus Cristo.” (DIAS, 1996, p. 88)

A Ação Católica seria responsável por agir no meio social, convertendo principalmente os intelectuais e os operários. No caso da conversão dos intelectuais, a atuação do Centro D. Vital e da Associação Universitária Católica (AUC) foi fundamental para se atingir as elites brasileiras, principalmente aquelas da então capital do país, Rio de Janeiro.

A AUC foi criada em 1929 sob a influência do Centro D. Vital, fundado em 1922. A Associação tinha como objetivo reintegrar as elites ao cristianismo, ou seja, aproximar as elites dirigentes ao catolicismo. Já no caso dos operários, a atuação da Confederação Brasileira dos Operários Católicos (CBOC) teve importante participação na conversão dos mesmos. Segundo os Anais do Centro D. Vital de março de 1932,

A CBOC [Confederação Brasileira dos Operários Católicos, nome provisório da instituição, GRA] tem por fim: [...] d) pugnar, por todos os meios justos, junto dos poderes constituídos pelo melhoramento moral e material da classe operária e por uma participação crescente da mesma na vida legislativa e administrativa da Nação; e) desenvolver a união entre as várias classes sociais, combatendo a oposição entre as mesmas e as doutrinas nesse sentido; f) estimular o espírito religioso católico entre as massas operárias. (CENTRO D. VITAL, 1932, s/p)

Essas duas frentes de ação apresentavam à Igreja a possibilidade de, por um lado, formar uma *elite* católica e, por outro, atingir as *massas*, os dois polos constituintes da sociedade que, caso harmonizados dentro da religião, formariam um novo Estado.

Para ajudá-lo na obra de restauração do Brasil pela doutrina católica, Dom Leme contou com o apoio dos intelectuais do Centro D. Vital. O Centro, fundado em maio de 1922, teve como primeira diretoria Jackson de Figueiredo (presidente), Hamilton Nogueira (vice-presidente), Perilo Gomes (secretário), José Vicente de Sousa (tesoureiro) e Vilhena de Moraes (bibliotecário) e o primeiro assistente eclesiástico do Centro foi o padre Leonel Franca. Era uma associação de caráter elitista, que buscou atrair a alta intelectualidade do país e, assim, formar quadros de pensadores católicos. O Centro D. Vital foi o órgão responsável por propagar as ideias da Igreja, mostrando seus interesses e ações a fim de caracterizar e desenvolver a ação católica no Brasil. Dias (1996) nos diz que o Centro D. Vital nasce

com a finalidade de catolicizar as leis, lutar pela paz, responder aos apelos formulados por D. Leme em sua Carta Pastoral de 1916, enfim, para contribuir para com o episcopado na obra de recatolicização da intelectualidade. O meio prático para implementar seus objetivos estava na criação de uma biblioteca e de um serviço de informações bibliográficas, bem como a publicação de livros de apologia e outros títulos coerentes com os interesses católicos. (DIAS, 1996, p. 90)

Em 1921 é fundada a Revista *A Ordem*. Esta, ligada ao Centro D. Vital (o Centro a editava e distribuía), foi a responsável por disseminar o pensamento católico às elites, mostrando as intenções da Igreja no que diz respeito ao desenvolvimento do país. Na Revista e em seus artigos, os autores deixavam claro que a religião católica deveria ser a base da organização social desejada: uma ordem católica. Houve, assim, a fundação pelo Centro da Revista *A Ordem*. Para Salem,

A revista, que se converte no mais importante instrumento de difusão do ideário católico, pretendia combater as posições e ações indiferentes ou hostis à Igreja e, deliberadamente, busca seus leitores entre os intelectuais do país. Declarando obediência à hierarquia eclesiástica, a publicação destacava a figura de D. Leme como o guia diretor do movimento que então se iniciava. (SALEM, 1982, p. 101)

Segundo Dias (1996),

A revista *A Ordem* divulgou as elaborações doutrinárias deste grupo (Centro D. Vital), que se propôs recatolicizar o Brasil, restabelecendo os princípios da ordem e da autoridade. O Centro e a revista foram os aglutinadores de forças do laicato católico e, ao mesmo tempo, os reorientadores e os revitalizadores das iniciativas (DIAS, 1996, p. 27).

Após uma década de discussões entre o clero católico e o laicato, a década de 1920 trouxe novas ações sociais e políticas por parte da Igreja. Esta passou a deixar de proferir apenas discursos e deu início a seu processo de recatolicizar o país. Segundo Moreira (2005),

É no contexto da tentativa da Igreja Católica de reaproximação com o Estado – denominada de “reação católica” –, com iniciativas em torno de questões sociais, políticas e da renovação do tomismo no campo das ideias, que Jackson de Figueiredo – intelectual convertido ao catolicismo – funda, em 1921, a revista *A Ordem* e, no ano seguinte, o Centro Dom Vital. Esses órgãos seriam a primeira expressão *laica* da reação católica contra os ideais socialistas e liberais que iriam se acentuar no período pós-Primeira Guerra Mundial. (MOREIRA, 2005, p. 15, grifo da autora).

A Revista *A Ordem* seria, portanto, um canal de difusão do pensamento católico gerido no Centro D. Vital, propondo a reordenação do país nos moldes cristãos. Segundo seus idealizadores, a revista agregaria intelectuais católicos, os

quais seriam os únicos capazes de fornecer respostas aos problemas nacionais, dando novos rumos ao país. Além disso, acreditavam que apenas as elites intelectuais seriam capazes de promover mudanças sociais. O problema, para eles, era a crise religiosa pela qual a sociedade brasileira passava. Moreira afirma que

A igreja é vista como a única fonte depositária da verdadeira ciência. Basicamente, todo o seu discurso é marcado pelo caráter moralista; logo, fatos sociais, políticos e econômicos são analisados sob esse prisma. (MOREIRA, 2005, p. 16)

Assim, a crise nacional surgiu de uma crise espiritual, religiosa que apenas a Igreja Católica seria capaz de sanar.

O discurso propagado pelos intelectuais leigos, ou mesmo padres e bispos, ou seja, pelos membros do Centro D. Vital e da Revista *A Ordem*, foi construído para que a difusão desse discurso

pudesse desencadear o processo de efetivação de suas ideias de mudança (em primeiro lugar numa perspectiva religiosa, depois no campo político) e que também respondesse 'a uma categoria de necessidades próprias a grupos sociais determinados', quais sejam católicos e não católicos no Brasil dos anos 1930 e 1940. (MOREIRA, 2005, p. 16)

A partir de 1925, Jackson de Figueiredo começou a publicar na revista, junto ao Centro Dom Vital, uma campanha defendendo emendas constitucionais que inserissem a religião católica na Constituição. A principal defesa feita pelos membros da revista e do Centro e, principalmente, por Jackson de Figueiredo era a da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e do reconhecimento da religião católica como oficial do país.

Em 1928, Jackson de Figueiredo morreu, passando a revista e o Centro para o comando de Alceu Amoroso Lima. Até a morte de Figueiredo a revista divulgava a doutrina católica e os ideais da religião, buscando, como já dito, atrair a intelectualidade brasileira para o catolicismo.

É dentro desse quadro político-religioso que Jackson de Figueiredo – intelectual convertido ao catolicismo – cria, em 1921, a Revista *A Ordem* e, no ano seguinte, o Centro Dom Vital, sendo esses órgãos a primeira expressão laica da reação católica contra os ideais socialistas e liberais que



se iriam acentuar no Período pós-Primeira Guerra Mundial. Com a morte de Jackson em 1928, Alceu Amoroso Lima assume a presidência do Centro Dom Vital e da revista, abandonando a tendência até então política de ambos (embora mantivesse a linha de condenação ao comunismo e liberalismo), para se empenhar numa linha mais religiosa e filosófica. Nesse período, mais precisamente a partir da Constituição de 1934, a igreja se vincula novamente ao Estado. (RODRIGUES, 2005, p. 138-139)

No entanto, quando Amoroso Lima assumiu a direção dos órgãos, a revista passou a dedicar seus artigos ao aspecto cultural ligado à religião. Para Amoroso Lima, era importante que se pudesse ampliar o debate cultural e fazer uma revista católica de cultura geral.

A partir do advento do regime getulista, ocorreu maior aproximação estratégica entre Estado e hierarquia católica, junto ao laicato, particularmente de representantes da intelectualidade, aglutinada na revista supracitada e no Centro D. Vital. *A Ordem* passou a publicar artigos que discutiam com mais ênfase questões relativas à conduta da família e à educação dos filhos, às ações católicas e ao combate ao comunismo. Segundo Mainwaring (1989),

Desde a separação legal entre Igreja e Estado em 1891 até a metade da década de 1910, a Igreja concentrou-se no desenvolvimento institucional inteiro e dedicou-se menos ao esforço de influenciar as elites governantes. Em contraste, de 1916 até 1945, líderes católicos se envolveram profundamente na política, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. A Igreja desejava que o Estado reinstituisse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. (MAINWARING, 1989, p. 47)

Assim, contando com o apoio do governo e da alta hierarquia católica, o Centro D. Vital passou a difundir informações, na Revista *A Ordem*, que falavam sobre cultura, economia, sociedade, política e educação. No que diz respeito à educação, foi na revista que começaram a aparecer os primeiros sinais da intenção de se criar de uma universidade católica no Brasil.

#### 1.4 A Associação Brasileira de Educação

Para além dos espaços institucionais supracitados, havia, no período, outros ambientes de atuação da intelectualidade católica. O livro de Marta Maria Chagas de Carvalho, *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, apresenta características dessa associação e, o mais importante, como ela concentrou e reuniu intelectuais de diversos pensamentos e vertentes educacionais, inclusive ligados à Igreja.

A ABE nasceu, como afirma Carvalho, a partir de uma tentativa fracassada de se constituir um partido político. Seus membros, porém, continuaram as discussões a respeito de algo que acreditavam ser capaz de sanar os problemas brasileiros: a educação.

A educação, segundo os membros da ABE, levaria o povo inculto e incivilizado à regeneração, no que diz respeito à formação de uma nação. Segunda a autora, a Associação produziu, apesar de suas divergências internas, um discurso de forte teor moralista e saneador das massas.

Nos anos de 1920 e 1930, a ABE foi a principal instituição a organizar o movimento de renovação educacional no Brasil. Na defesa de um programa central, os intelectuais ali reunidos davam importância à educação nacional, ou seja, à educação como redenção nacional. A educação deveria atingir certos objetivos, segundo Carvalho, dentre os quais moldar o povo amorfo de acordo com as direções atribuídas pela elite e o que esta considerava como nacionalidade. Tratava-se de reorganizar o espaço próprio para a educação. Ainda que se discutisse dentro da ABE as necessidades da educação do Brasil, tratava-se, como afirma Carvalho, do papel das finalidades sociais da escola e de seu potencial transformador e conformador (CARVALHO, 1998, p. 241). Um povo razoavelmente culto seria o caminho para que o país progredisse.

A ABE foi o resultado da união entre intelectuais que compartilhavam concepções semelhantes em relação às funções da educação na sociedade moderna. Ao discutir o futuro da nação e o desenvolvimento do país a partir da educação, os intelectuais atuantes na Associação discutiam as possibilidades de organização de associações de ensino que vinculassem intelectuais, educadores e

envolvidos nas questões educacionais de todo o país em torno de um movimento em prol da educação. Dentre os idealizadores e diretores da ABE estavam Fernando de Magalhães e Carlos Américo Barbosa de Oliveira, ambos católicos convictos. No Conselho Diretor contou com Maria Luíza Camargo de Azevedo, Júlio da Cruz Azevedo e Everardo Backheuser, católicos atuantes no meio intelectual religioso. (CARVALHO, 1998).

Verifica-se a presença de católicos que pertenciam, inclusive, ao Centro D. Vital e à Revista *A Ordem*, como, por exemplo, Everardo Backheuser. Assim, de acordo com Carvalho, é possível inferir que a ABE constituía-se num espaço em que intelectuais de diversas vertentes de pensamento discutiam a respeito da mudança do cenário educacional brasileiro e a inserção do Brasil no mundo industrializado moderno.

Dentro do que foi apresentado, percebe-se uma intensa ação da intelectualidade católica a fim de firmar relação entre o regime estabelecido no Brasil e a religião. Nota-se, também, que da passagem do século XIX para o XX a temática educacional foi discutida por diversos pensadores católicos, incluindo o cardeal do Rio de Janeiro, D. Leme.

No entanto, a Igreja não buscou atuar em meio às camadas populares para que obtivesse apoio da maior parte da população. Sua intenção, no momento de transição entre o regime imperial e o regime republicano, era a de ligar-se às camadas superiores e, assim, fundar escolas, atuar na educação pública e, até mesmo, fundar uma universidade católica. Segundo Pinheiro et al (2006),

Esta preocupação da Igreja em estar presente no ambiente cultural, a fim de proclamar sua mensagem, era manifestada por outras tentativas, mais ou menos limitadas à União Católica Brasileira, fundada por Jônatas Serrano (1907), e à iniciativa do Professor Eugênio de Barros Raja Gabaglia, Diretor do Colégio Pedro II. Católico militante, este aproveitou a presença dos Bispos que, em 1915, se reuniram em Nova Friburgo e sugeriu pela primeira vez “a ideia de fundar-se uma Universidade Católica no Brasil”. E, gradativamente, tomavam consciência os cristãos de suas responsabilidades sociais e apostólicas. (PINHEIRO, 2006, p. 364-365)

No que diz respeito à fundação de uma universidade católica, a Igreja, na figura do Cardeal Leme, de Alceu Amoroso Lima e do padre Leonel Franca buscaram unir os fieis em torno de uma causa católica. Esta dizia respeito à união Igreja-elites-intelectualidade para que, em um futuro próximo, pudesse ser fundada a universidade católica tão almejada desde o início da República. O primeiro passo dado em direção à concretização de tal projeto foi a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, o qual se tornaria, na década de 1940, as Faculdades Católicas e, posteriormente ainda na mesma década, a primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

## Capítulo 2 – O Instituto Católico de Estudos Superiores

A década de 1920 foi um período de agitação no meio católico e uma das questões centrais para a Igreja era sensibilizar e, ao mesmo tempo, mobilizar uma representatividade ligada aos campos da cultura e da educação em torno de um projeto de nação. Uma das metas, presente na pauta católica desde meados da década de 1910, era criar instituições responsáveis pela formação de seus quadros intelectuais, para além dos seminários e conventos.

Como analisado no capítulo anterior, a Igreja Católica buscou recatolicizar a sociedade brasileira, ligando-se tanto às camadas inferiores, por meio de ação missionária junto às populações pobres no interior do país, quanto às camadas superiores da população, com a criação do Centro D. Vital e da Revista *A Ordem*, buscando desenvolver ações religiosas e artigos com discussões voltadas a questões políticas, econômicas e sociais, buscando sempre relacioná-las às bases católicas. Para a Igreja, sua ligação com o Estado tornaria o Brasil um país moderno, ligado à religião católica, a religião da maioria da população do país. E um dos meios utilizados pela Igreja para que tal situação ocorresse foi a ligação entre catolicismo e educação.

Um primeiro passo tomado pela Igreja foi a fundação de escolas de ensino básico ligadas à religião católica, além de aprimorar seminários, conventos masculinos e femininos e escolas de ensino básico. Essas eram, em sua maioria, frequentadas pelas elites econômicas e intelectuais brasileiras. A alta hierarquia católica e seus intelectuais perceberam, a partir da existência de tais locais de atuação, que havia a necessidade de se ter um prolongamento da educação católica a outros níveis educacionais.

A discussão educacional na década de 1920 tinha como preocupação, por parte dos intelectuais católicos, não somente a fundação da primeira universidade católica do Brasil, mas a união e reunião de universitários do país em torno de uma associação. O Centro D. Vital e a Revista *A Ordem* foram de fundamental importância nesse processo de intervenção no ensino superior. Para que tais

discussões atingissem os universitários brasileiros, o Centro D. Vital criou, na Revista *A Ordem*, a “Secção Universitaria”.

## 2.1 A “Secção Universitaria”

A Revista *A Ordem*, no ano de 1930, passou a publicar em suas edições a “Secção Universitária”, a qual procurava mostrar, em linhas gerais, a participação de universitários católicos em grandes congressos internacionais, cursos oferecidos por professores estrangeiros em espaços católicos (como o Centro D. Vital), discursos propagados em eventos, intenções da Ação Universitária Católica, dos professores e alunos de universidades brasileiras ligadas ao catolicismo. Enfim, a intenção dessa seção era a de mostrar que a Igreja ganhava espaço no seio intelectual brasileiro. Na primeira publicação da Secção, em junho de 1930, lê-se

A ORDEM abre, de agora em diante, toda uma secção dedicada especialmente aos nossos universitários.

Como se sabe, fundava-se aqui ha um anno, graças aos esforços de Amaro Simoni e alguns companheiros corajosos uma organização de activismo catholico entre a mocidade das nossas Escolas Superiores.

O movimento cresceu de manso, tomou vulto e hoje já se estende a outros Estados. Em Recife já funciona a A.U.C. Em São Paulo acaba de fundá-la o descortino largo desse homem de prôa que é Monsenhor Marcondes Pedrosa.

Tomando vulto precisou também alargar a sua lei básica. E os Estatutos que hoje publicamos, como prólogo da Secção Universitária, vão ser a lei fundamental da grande aggremação, já approvados por S.E. o Cardeal D. Sebastião Leme, em um de seus últimos actos de vida archiepiscopal.

Esta secção está aberta a todos os universitários catholicos. Vae ser dirigida por uma comissão especialmente designada pelo Presidente da A.U.C. E viza substituir, por ora, o futuro boletim, ainda não definitivamente organizado. A ORDEM inicia também uma tabella especial para estudantes, que poderão ter a assignatura annual por 15\$000 e o numero avulso por 3\$000. Estamos convencidos de que a salvação tem de vir pelos moços. E por eles tudo faremos. (A ORDEM, 1930, nº 7, p. 260)

Ainda nessa primeira publicação, incluíram-se as regras e o estatuto da “Acção Universitária Catholica do Rio de Janeiro” que, segundo o documento, buscou “congregar em uma associação todos os alumnos catholicos das escolas superiores.” (A ORDEM, 1930, nº 7, p. 260). E continua

Art. 2 – Os *fins* a que se propõe a A.U.C. são:

- a) – completar a instrução e a educação religiosa dos seus membros;
- b) – preparar catholicos militantes na vida particular como na vida pública;
- c) – coordenar as forças vivas da mocidade brasileira, afim de ser restaurada a ordem social christã no Brasil. (A ORDEM, 1930, nº 7, p. 260-261)

Percebemos no discurso de abertura da “Secção Universitária” acima citado um desejo em se unir os universitários brasileiros em torno da religiosidade e fé católica ao participarem da Ação Universitária Católica e ao publicarem artigos na Revista *A Ordem*, em especial na Seção Universitária. A Igreja percebia ser assim a solução para se ligar cada vez mais às camadas superiores da população e da intelectualidade brasileira.

Na “Secção Universitaria” da Revista *A Ordem*, eram publicados anúncios referentes a palestras que seriam ministradas para os universitários, bem como opiniões de universitários católicos sobre economia, política, cultura e sociedade. Houve, também, publicações referentes à satisfação do Centro com relação à união dos estudantes universitários em defesa da fé católica dentro do ensino superior, bem como a publicação de cursos a serem ofertados pela Ação Universitária Católica, e discursos transcritos de palestrantes e educadores.

No exemplar da Revista *A Ordem* de agosto de 1930, há a lista de cursos ofertados pela Ação Universitária Católica, a saber, Apologética, Alemão, Francês e Inglês. Há, também, a transcrição do discurso pronunciado pelo Dr. Joaquim da Costa Ribeiro no almoço do “IV Congresso Pan-Americano de Architectos”, agradecendo a “cordialidade e a sympathia” da recepção brasileira ao evento. Ribeiro afirma que

Esta joven agremiação [a Acção Universitaria Catholica] que reúne elementos de todas as escolas da Universidade do Rio de Janeiro tinha a certeza de interpretar o sentimento unanime dos estudantes brasileiros, prestando esta homenagem de carinhosa sympathia aos seus collegas hispano-americanos. (A ORDEM, 1930, p. 89)

Na edição de agosto de 1931 da Revista, constam as atividades realizadas pela Acção Universitaria Catholica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, bem como o anúncio de que

Foi posto em circulação o número de Junho deste órgão da Acção Universitaria Catholica. Feição material bem acabada, interessante colaboração, este número traz afora as suas oito páginas de costume, uma folha extra com o manifesto enviado por seiscentos estudantes dos cursos superiores do Rio ao Sr. Ministro da Educação, por ocasião do decreto favorecendo o ensino religioso nas escolas públicas. O manifesto é publicado, acompanhado das respectivas assignaturas.

Pondo de parte o artigo de fundo, magnifica refutação aos que se levantam injustamente contra o decreto do ensino religioso, merece um destaque especial o artigo de Almir Castro sobre cinema puro no Brasil.

É um estudo bem sério, e muito vivo, do nosso film: **Limite**, verdadeira empresa de audácia de Mario Peixoto entre nós. O companheiro da AUC criticando esta nossa produção se mostra de uma sensibilidade bem fina e um senso de penetração muito agudo. Apanhando bem o significado deste trabalho Almir Castro fala como técnico, verdadeiramente senhor do assunto.

Com este artigo a AUC se mostra mais uma vez no domínio de fatos atuais, encarando os problemas mais palpitantes do homem, na sociedade, como na arte, como na ciência, sob um prisma perfeitamente moderno, e dentro dos limites ortodoxos do catolicismo. (A ORDEM, 1931, p. 117, grifo da autora)

Nesse anúncio, a crítica à modernidade é notável, sendo possível a resolução de problemas apenas por meio do catolicismo ortodoxo.

No que diz respeito às críticas ao sistema de ensino superior, no exemplar da Revista de maio de 1932, o cronista Luiz Amoroso Anastácio, estudante da Faculdade de Direito de Minas Gerais, afirma ser “lamentável o panorama universitário brasileiro, como união e comunhão de classe.” (A ORDEM, 1932, p. 471). E ainda continua, afirmando que “o estudante só se ajunta para as reivindicações, nem sempre justas, da classe.” (A ORDEM, 1932, p. 471). Nesse mesmo exemplar encontramos na “Secção Universitaria” um texto explicando o que era o Movimento Social Brasileiro e o que fazia pelo país.

É uma associação de cunho social, visando a educação integral de seus associados, destinada a trabalhar por um Brasil forte e aguerrido, destinada a formar gerações e reclamar de seus filhos dedicação que não encontra, amor que parece ter desaparecido totalmente do coração brasileiro. É uma associação inspirada na moral cristã, demonstrando nessa época de confusão labiríntica, ser aquela a única legislação social sólida e indestrutível. É associação que acompanha a evolução cultural, adotando os princípios da pedagogia moderna, ao mesmo tempo que renega o



laicismo corruptor e gerador de máos caracteres, a mais clamorosa das crises que invadem nosso paiz, em todas as direções. É uma associação que desmente ser categoricamente falsa a idéa geralmente concebida sobre o indiferentismo absoluto da mocidade hodierna, uma vez que á mesma seja dada uma orientação inteligente, prudente, sobretudo hábil. (A ORDEM, 1932, p. 385).

E continua,

A chamada *escola nova* exige com muita insistência a aproximação entre professores e alunos. Esse ponto tem sido carinhosamente observado pelo Movimento Social Brasileiro. As excursões, onde se observa a grande cordialidade, a enorme intimidade, aliadas ao respeito sem discrepância, entre o professor presidente e os alunos associados, são quadros de sublimidade afetiva e encanto moral. (A ORDEM, 1932, p. 386)

Notamos aqui a atuação da Igreja e de seus intelectuais a fim de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, sempre fundamentados e influenciados pela fé católica.

Já no exemplar de dezembro de 1932, um cronista denuncia a crise na instrução básica. Afirma que

O futuro das nações está na escola. É nos bancos de estudo que se decidem os destinos dos povos. É com as gerações novas que se operam as revoluções fundamentais na existência das nacionalidades. (A ORDEM, 1932, p. 466)

Além disso, afirma que

Os cursos superiores são necessariamente o resultado dos que o antecedem. Em todos eles, o ensino, o estudo, desacreditam-se. Estudantes e professores confundem-se numa mesma indistinção de cultura e nesse desinteresse comum pelo ensino e pelo estudo. (A ORDEM, 1932, p. 469)

Notamos, assim, que a educação seria apenas eficaz quando ligada à fé católica, o ensino religioso ligado ao ensino das ciências, da matemática, da língua portuguesa (A ORDEM, 1932, p. 470).

Percebe-se, portanto, que a “Secção Universitaria” era um canal em que intelectualidade católica se comunicava com o laicato, a fim de convencer esta camada a atuar política e socialmente em torno de “recristianização do Brasil”. O conteúdo da revista, particularmente da “Secção Universitaria”, em linhas gerais, não era direcionada às camadas populares. Ao contrário, os tópicos veiculados para leitura eram ligados a situações e pensamentos distantes da população, como, por exemplo, o movimento da Escola Nova, a crise no ensino básico e superior, a necessidade de se formar os jovens universitários ligados à doutrina católica, dentre outras preocupações.

O objetivo era explícito: a “Secção Universitaria”, da Revista *A Ordem* foi criada para convencer e convocar as instâncias universitárias à luta pela hegemonização da cultura católica no país. Isso significou criar mecanismos de ação católica que não ficassem restritos apenas a textos, mas que fizessem com que os universitários frequentassem cursos e participassem de maneira mais ativa do projeto pautado pelo conteúdo da “Secção”.

Assim, após duas décadas de discussões e atuação pontual dos católicos em diferentes âmbitos, foi criado, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores, na cidade do Rio de Janeiro. Os dois primeiros anos da “Secção Universitaria”, criada pelos editores da revista *A Ordem* foi, a nosso ver, uma estratégia política eficiente no sentido de consolidar uma instituição que se firmasse no âmbito privilegiado de formação cultural de parcelas da elite católica, tema abordado no próximo item.

## **2.2 A gênese e os objetivos do Instituto Católico de Estudos Superiores**

Em 1932 fundou-se o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), pelos membros do Centro D. Vital. Fruto de discussões que se iniciaram na década de 1910 e se tornaram mais patentes na década de 1920, tais discussões visavam

perceber a participação da Igreja na vida política, social, econômica e cultural do Brasil.

A criação do ICES foi, a nosso ver, uma das formas de atuação mais direta junto às parcelas econômica e socialmente privilegiadas. Além disso, os intelectuais ligados à fundação e à consolidação do Instituto eram detentores de capital cultural, econômico e simbólico, ou seja, o ICES foi a expressão de interesses de setores dominantes, buscando manter seu status e situação de superioridade perante as demais classes.

No discurso de abertura do ICES, Alceu Amoroso Lima discorreu sobre a dificuldade em que se encontrava o pensamento religioso no mundo, bem como o pensamento pedagógico no Brasil. Segundo Amoroso Lima (1932),

Uma das causas principais do desprestígio do pensamento religioso moderno é a timidez das nossas iniciativas, o desgoverno de nossos estudos e a posição de eterna “defensiva” em que nos collocamos. Contra isso é que hoje se reage em todo o mundo catholico. Nossa doutrina nos preserva daquelles dois erros iguaes e contrários que encontramos entre os orthodoxos e protestantes. Nem sacrificamos a sciencia á fé, como os schismaticos de Phocius, nem sacrificamos a fé á sciencia, como os descendentes de Luthero. Sabemos e devemos conciliar perfeitamente as duas ordens de conhecimento, ambas legitimas, ambas necessárias para o equilibrio do pensamento e para a paz do coração humano, quando hierarchisadas segundo a sua natureza própria. Se é isso que nos ensina a Igreja, se é isso o que nos recommendam os seus mais authenticos doutores, se é isso que o bom senso humano nos segreda no fundo da alma, – temos de reconhecer que a realidade que nos cerca ainda está infinitamente longe desse ideal. E se tal ocorre mesmo nos grandes centros do pensamento humano, que diremos do nosso Brasil, e muito particularmente desta nossa capital arrogante e tumultuaria, que de tudo tem pensado excepto de dar ás novas gerações de seus filhos uma orientação philosophica que os salve do scepticismo e da anarchia em que vivemos. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 418-419)

Amoroso Lima ainda ressalta que “A Republica tem sido até hoje o mais fragoroso descalabro pedagógico.” (AMOROSO LIMA, 1932, p. 419). Para ele, a República trouxe grandes problemas à educação e não se pode exigir de um povo que tenha consciência de si próprio se a educação não cumpre seu papel.

Como é possível exigir de uma nação que se governe, quando ella mesma corrompe a sua mocidade pela desordem do ensino, pelas reformas que não se cumprem, pelas leis que morrem no fundo de gavetas, ao passo que a mocidade continua corroída pelo mais cynico utilitarismo pedagógico? Como acreditar que as revoluções politicas possam resolver os problemas

capitães do Estado, quando a pedagogia nova se separa da realidade espiritual da nação, lançando-se no plano inclinado inexorável que levará amanhã às últimas negações do espírito e da independência nacional? (AMOROSO LIMA, 1932, p. 419)

O pensador ainda afirma que a intenção de se fundar um instituto como o ICES estava no pensamento católico brasileiro já há algum tempo, e a fundação, naquele momento, vinha restaurar o pensamento intelectual católico, além de unir ciência e religião. Segundo seu discurso,

[...] Desejo apenas explicar por que motivo há muito tempo me trabalha o espírito de fundação deste “Instituto Catholico de Estudos Superiores”, que hoje lançamos á vida [...] pois vem [...] integrar-se nesse grande movimento de restauração intellectual catholica positiva, que é a grande, que é a única esperança que temos de ver de novo a unidade e a plenitude, nesses campos de pensamento humano, onde hoje reinam a dissociação e o sectarismo. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 419)

E continua afirmando que

Um dos problemas capitães do nosso tempo, e especialmente para nós catholicos, empenhados sempre em mostrar que a vida sobrenatural se baseia na intelligencia e não no sentimento, na obiectividade extra-mental e substancial das coisas e não no immanentismo idealista em que tudo se dissolve em tendências interiores ao “divino” – um dos problemas capitães do nosso tempo é restaurar a harmonia e a integralidade, onde o naturalismo moderno espalhou as ruínas da metaphysica e a tyrannia de cada sciencia particular libertada de sua subordinação ao todo. Deu-se com o positivismo e o monismo scientifico o mesmo que com o individualismo social. O bem próprio superou o bem commum. Ao mesmo tempo que, nessa phase da civilização, cada individuo procurava a sua máxima autonomia, cada sciencia também procurava apenas libertar-se e crescer sem medida e sem se preocupar com a sua posição no complexo dos conhecimentos humanos.

Contra essa inversão e essa dispersão de valores é que temos de reagir. É este Instituto que tomou como patrono Santo Alberto Magno, por ser justamente o “doctor universalis”, visa a ser, no Brasil, uma pedra pequenina e humilde nessa grande restauração do sentido de integralidade scientifica, que hoje domina os círculos mais elevados do pensamento catholico. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 420-421)

Segundo Salem,

O Instituto Católico nasce, assim, como o *locus* no qual os católicos ensaiam e atualizam seu modelo alternativo de organização universitária e como um centro de irradiação doutrinária preparando, em ambos os sentidos, o terreno para a futura Universidade Católica. (SALEM, 1982, p. 110)

Assim, o ICES tinha como objetivo manter os jovens universitários unidos em uma mesma fé: a católica. Com isso, a Igreja estaria ligada às camadas mais elevadas da população e, ao mesmo tempo, formaria dentro da ideologia católica os futuros membros das elites e da intelectualidade brasileira.

Visando ele [o ICES] a formação religiosa e cultural das nossas elites, colaborador que é da restauração intelectual católica e do renascimento filosófico, vai orientando para os mais nobres e sadios objectivos o pensamento dos nossos modernos valores. (*Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1934, p. 10; grifo da autora)

Dito isso, deve-se pensar na formação de uma rede de intelectuais católicos que tinham por finalidade serem agentes políticos ativos na década de 1930. Para isso, esses intelectuais visaram atingir as elites brasileiras com seus ideais católicos e, assim, formá-las ligadas a tal religião. Para atingir tal propósito, foram criados cursos específicos no âmbito do ICES.

Os cursos lecionados no ICES eram regulares de acordo com um currículo de dois anos. Segundo Amoroso Lima (1932), a intenção dos cursos lecionados no ICES era a de integrar o pensamento científico ao pensamento religioso. Para tanto, criou-se, inicialmente, os cursos obrigatórios de Sociologia, Filosofia e Teologia. Nas palavras do intelectual,

A restauração das sciencias da ordem sobrenatural no corpo geral das sciencias, completa portanto o sentido da integralidade que queremos restaurar no pensamento brasileiro.

Eis por que motivo, em nosso curso modestíssimo, estabelecemos como obrigatórias três cadeiras: a sociologia, a philosophia e a theologia.

A sociologia para mostrar que queremos partir da realidade sensível, da realidade social, da posição do homem na sociedade de nosso tempo e de todos os tempos, onde se processa a sua vida de relação.

A philosophia para mostrar, como dissemos, que os estudos metaphysicos são fundamentais para o equilíbrio e a solidez do pensamento, em qualquer ordem de conhecimento.

A theologia, enfim, para comprehendermos que o pensamento não desemboca no vácuo e que ao contrario, parte sempre de uma realidade sensível para chegar a uma realidade substancial. Esse é o sentido do realismo integral de nossa posição. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 424)

Além desses cursos, foram criadas matérias específicas para os cursos de Direito, Engenharia e Medicina. Para o católico isso faria com que os jovens

tivessem contato não apenas com a ciência, mas, também, com o pensamento religioso dentro de tais cursos.

Além dessas três matérias fundamentais, creamos três cadeiras facultativas, de Introdução ao direito, á mathematica e á biologia, visando especialmente alumnos das faculdades de direito, de engenharia e de medicina, que pela orientação cada vez mais pragmática dos programmas perdem o contacto com as grandes realidades que governam e dão sentido aos seus estudos particularizados. E previmos logo a criação de outros cursos livres especializados que possam desenvolver, com mais profundidade, alguns pontos essenciaes do nosso programa. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 424-425)

Além dos motivos já mencionados, Amoroso Lima ainda ressalta em seu discurso o motivo mais forte para se criar o ICES: a intenção de se criar a futura universidade católica no Brasil.

A prudência talvez nos aconselhasse a esperar melhores dias e meios mais abundantes de acção. Julgamos, porém, que era preciso provocar a realidade. E que nossa pequenina iniciativa pudesse vir a ser a semente da grande arvore frondosa para que há muito appellamos: a Universidade Catholica Brasileira. (AMOROSO LIMA, 1932, p. 425, grifo da autora)

Este desafio anunciado por Amoroso Lima contagiou parcelas da intelectualidade católica. A comprovação deste fato veio, como se sabe, pela participação ativa de membros do laicato católico nas esferas governamentais do Estado getulista. O próximo item trata de analisar a participação desta rede na criação e funcionamento daquela que viria a ser primeira Universidade Católica brasileira.

### **2.3 Os intelectuais católicos e a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores**

A formação do ICES deveu-se às ações, principalmente, de três intelectuais: Dom Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca.

Dom Sebastião Leme acreditava que a mudança do país deveria vir pela educação da população, principalmente das elites dirigentes. A educação, porém, deveria estar intrinsecamente ligada à religião católica, formando-se, assim, uma elite ligada a tal religião. Segundo Cauvilla (1992),

Ao tornar-se bispo coadjutor do Cardeal Arcoverde, no Rio de Janeiro, em 1921, D. Leme vê-se em condições excepcionais de desenvolver o projeto de uma vanguarda católica, recrutada entre a própria intelectualidade. É nesse clima que iriam se encontrar D. Leme e Jackson de Figueiredo, que recém-convertido ao catolicismo assume a bandeira levantada pelo ex-bispo de Olinda [...]. (CAUVILLA, 1992, p. 22)

Dom Leme empenhou-se em unir-se às diversas camadas de intelectuais e das elites para que pudesse colocar em prática os planos da Igreja no Brasil: não mais permanecer no âmbito escolar primário e secundário, mas partir para o universitário e, assim, atingir maior número de intelectuais que pudessem estar ligados à política no Brasil.

O Padre Leonel Franca, apesar de suas condições frágeis de saúde, sempre esteve ligado à formação dos intelectuais católicos. Teve significativa produção jornalística e bibliográfica. O referido padre procurou congregar o laicato católico, em especial os intelectuais, para que os planos da Igreja surtisses efeito: recristianizar a intelectualidade para que, finalmente, a religião oficial do Brasil voltasse a ser a católica. Além disso, Franca empenhou-se na campanha pela defesa da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

Em 1928 auxiliou na fundação da Associação dos Universitários Católicos, que veio a ocorrer em 1929. Foi um primeiro passo efetivo para a criação de uma futura universidade católica. Em 1932, quando da fundação do ICES, Franca assim declara em seu discurso de abertura:

Universidade Católica! Como se casam bem as duas palavras! A universidade, esta pátria da ciência, esta depositária das mais elevadas tradições intelectuais de um povo, esta afirmação mais alta da cultura de uma nacionalidade, foi a Igreja Católica que a criou. Criou-a, porque por sua iniciativa se associaram professores e alunos de todas as disciplinas do saber, na unidade de uma grande organização que fosse a Alma Mater de

uma dinastia ininterrupta de sábios e o instrumento incansável de progresso da ciência. Criou-a ainda porque, uma vez ideada e executada a instituição, disseminou-a a mãos largas por todo o território da velha cristandade medieval... Paris, Viena, Oxford, Cambridge, Lovaina, Roma, Bologna, Pádua, Alcalá, Salamanca, Coimbra. “Stadium universale” foi o nome de origem destes grandes focos do saber, e o eram de fato, porque abraçavam, na sua compreensão real, a integridade dos domínios científicos... Estudava-se Deus, estudava-se o homem, estudava-se o mundo.

[...]

Tudo o que a nossa razão podia sondar no oceano infinito da verdade e organizar-se em disciplina racional tinha naturalmente foros adquiridos de cidadania na Pátria Hospitaleira da Ciência, que não conhecia restrições arbitrárias, nem mutilações deformadoras. Disciplinas cosmológicas, disciplinas antropológicas, disciplinas teológicas, coexistiam em paz e desenvolviam-se em harmonia, sem a injustiça de excomunhões recíprocas nem a tirania de ostracismos violentos.

[...] A universidade não é ainda universidade nem menos ainda católica com a simples justaposição da totalidade das disciplinas científicas.

A totalidade das ciências justapostas forma uma multidão; não constitui um organismo. A multidão desorganizada é anarquia; o organismo não é um princípio de ordem, de vida, de atividade senão pela hierarquia essencial que lhe subordina as funções parciais à finalidade do todo...

Neste grande império da verdade e da ciência – que é e deve ser um grande centro de estudos superiores – achamo-nos diante deste dilema inevitável: anarquia ou hierarquia. A realidade é um todo heterogêneo, mas harmônico; o universo é cosmos, não é caos; a totalidade da ciência – que deve se espelhar docilmente a totalidade do real – não pode ser anarquia, reflexo do caos, mas hierarquia, expressão do cosmos. (FRANCA, 1954, p. 125-133)

O padre Franca acreditava que a criação de uma universidade católica no Brasil promoveria a compreensão total das ciências. Segundo ele, em épocas mais antigas, estudava-se o mundo aliado a um estudo teológico. Nas palavras de Franca pode-se inferir sua preocupação e defesa da perspectiva organicista de mundo, harmonizado pela confluência entre teologia e as ciências de referência. O ICES constituiria, segundo o conteúdo do discurso, o âmbito apropriado para a realização deste projeto teológico-filosófico, mas igualmente político, levado a cabo pelas lideranças de um laicato militante e consciente de suas ações.

De outro lado, Alceu Amoroso Lima, destacou-se entre o laicato militante, que buscou preservar as características tradicionais da Igreja, bem como realizar os desejos da mesma em se fundar uma universidade católica no Brasil. Amoroso Lima vem de uma classe média emergente e, ao assumir a direção da Revista *A Ordem*, após a morte de Jackson de Figueiredo, acabou por atuar junto a Dom Leme e ao padre Leonel Franca na fundação do ICES.



O projeto do ICES foi defendido em outras instâncias sociais e políticas, com destaque à imprensa periódica, que serviu de *lócus* para que a intelectualidade católica sistematizasse suas intencionalidades de formação e organização cultural. Alguns aspectos desta atuação e força que a imprensa periódica apresentou, foram analisados no item a seguir.

## 2.4 A imprensa e o Instituto Católico de Estudos Superiores

No dia 22 de maio de 1932, assim publica o *Jornal do Brasil*,

Lançando os fundamentos da Universidade Catholica  
Pede-nos o Instituto Catholico de Estudos Superiores a inserção da seguinte notícia:

Deve inaugurar-se no próximo dia 24 de maio, nesta capital, este instituto de ensino superior, moldado em segura orientação religiosa e que será, talvez, o germen da futura Universidade Catholica.

Creado por iniciativa do “Centro D. Vital”, a conhecida associação da mocidade, o instituto está sob o patrocínio directo da S. E. Cardeal D. Sebastião Leme, e tem como assistente eclesiástico o erudito jesuíta Padre Leonel Franca que, naquella data, fará uma conferência inaugural dos cursos.

O Instituto será dirigido pelo Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e terá como secretário o Dr. Paulo Sá, director da Associação Universitaria Catholica (A.U.C.).

Além do corpo docente, tem ainda um “conselho administrativo” do qual fazem parte os Srs.: Dr. Affonso Penna Junior, Prof. Jonathas Serrano, Dr. Heraclito Sobral Pinto, Prof. Everardo Backheuser, Professor E. Vilhena de Moraes e juiz Dr. Augusto Saboia Lima.

O curso a iniciar-se, conterà três matérias obrigatórias: Theologia, philosophia e sociologia, respectivamente profecionados pelos professores D. Thomaz Keller, O.S.B Amoroso Lima. Constará ainda de três outras matérias facultativas como introdução ao ensino, respectivamente das Sciencias jurídicas, biológicas e mathematicas, também proferidas pelos professores Dr. Heraclito Sobral Pinto, Dr. Hamilton Nogueira e Pe. Agostinho Jaensch, S.V.D., e Dr. J. A. de Souza Vianna.

[...] vae realizar-se na próxima terça-feira, dia 24, as 17 horas, a cerimonia inaugural presidida pelo Cardeal D. Sebastião Leme e altas autoridades civis e eclesiásticas devendo falar o Reitor da Universidade do Rio de Janeiro Dr. Fernando Magalhães. (*Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1932, p. 10)

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, no Rio de Janeiro, por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas. Foi criado por um grupo de monarquistas não satisfeitos com a mudança de governo do sistema monarquista para o republicano

no Brasil. Apesar dessa insatisfação, tal jornal não mostrava grandes embates com o novo regime, conseguindo manter-se aberto. Em 1893, no entanto, o *Jornal do Brasil* é fechado, sendo reaberto em 1894, iniciando uma nova fase, transformando-se em um jornal mais popular e local. No ano de 1930, após a Revolução, o *Jornal do Brasil* é novamente fechado por quatro meses. Entre os anos de 1932, quando da fundação do ICES, e o ano de 1937, ano da instalação do Estado Novo no Brasil, o *Jornal do Brasil* publicou diversas informações com relação aos cursos, aos professores e palestras realizadas no Instituto.

Em 1933, por exemplo, o ICES ficou incumbido de realizar um curso a respeito da Escola Nova para o magistério público e privado. Assim diz a notícia:

O magistério publico e particular está há alguns annos lutando com serias difficuldades para conhecer em [?] detalhes a theoria e a pratica da *Escola nova* sobre a qual tantos falam e tão poucos esclarecem. Attendendo a esse verdadeiro aneio apparece agora uma realização pratica: fazer um *curso systematizado* a respeito desse importante assumpto. Coube a iniciativa ao Instituto Catholico de Estudos Superiores em combinação com a Associação de Professores Catholicos. (*Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1933, p. 6, grifo da autora)

Com relação aos estudos da Escola Nova, o curso se propõe, inicialmente, a versar sobre os princípios da Escola Nova, seus precursores, as ciências correlatas à pedagogia nova, a educação integral, as relações entre professor e aluno, as disciplinas e a nova didática e os princípios da Escola Nova no ensino secundário e no profissional. O professor a lecionar essa primeira parte do curso é Everardo Backheuser. (*Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1933).

Bem como esse tipo de notícia era veiculado no *Jornal do Brasil*, a abertura e fechamento de anos letivos, os horários dos cursos e para quem os cursos se direcionavam também o eram. No dia 23 de maio de 1934, o *Jornal do Brasil* publica que

O Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado em 24 de maio de 1932, e que está em franca atividade, com seu número de matrículas bem aumentando, vem despertando em nosso meio o mais vivo interesse. Visando ele a formação religiosa e cultural de nossas elites, colaborador que é da restauração intelectual católica e do renascimento filosófico, vai orientando para os mais nobres e sadios objetivos o pensamento dos nossos modernos valores. (*Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1934, p. 10, grifo da autora)

Notamos, assim, que os alunos ingressantes nos cursos fornecidos pelo ICES advinham das elites e não das camadas populares. Isso nos mostra que o ICES acabou por dar início à formação de uma elite intelectual ligada à Igreja. E, ainda mais, a intelectualidade católica procurou formar novas tradições mantendo, porém, características das mais antigas ligadas à Santa Sé.

Além do *Jornal do Brasil*, notícias relativas ao ICES eram veiculadas no jornal *A Noite*. Este jornal foi fundado em 1911 por Irineu Marinho no Rio de Janeiro. Considerado um jornal popular por ser vendido a baixos preços, *A Noite* publicava notícias principalmente no que tangia à política nacional e a questões da cidade do Rio de Janeiro. No momento da Revolução de 1930, o jornal apoiou a candidatura de Júlio Prestes. Com a vitória de Getúlio Vargas, os revolucionários fecharam o jornal por alguns dias, voltando a circular em novembro de 1930. No entanto, seu proprietário foi preso e o jornal, vendido, adotando uma linha política mais amena e menos crítica ao governo. O jornal passou por diversas reestruturações e pelas mãos de diversos dirigentes. Parou de circular na década de 1960, devido a dificuldades financeiras e ao último dirigente, Eurico de Oliveira, tornar-se deputado federal em 1964.

A primeira notícia referente ao ICES no jornal *A Noite* é de 24 de maio de 1932, e diz

Sob o patrocínio de Santo Alberto Magno e os auspícios de S. E. Sebastião Leme, será inaugurado, às 17 horas, no Salão Nobre da Escola de Bellas Artes, o Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado por iniciativa do Centro D. Vital.

A fundação do Instituto é de grande importância, por isto que este representa o embrião da projectada Universidade Catholica do Rio de Janeiro.

O início dos trabalhos no novo estabelecimento cultural verificar-se-á com seis cadeiras, das quaes três obrigatórias e três facultativas. As obrigatórias são: Theologia, Philosophia e Sociologia, a cargo, respectivamente, dos Srs. D. Thomaz Keller, O.S.B; frei Pedro Secondi, O.P.; e Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). As facultativas: Introdução às Sciencias Juridicas; Introdução às Sciencias Biologicas e Introdução às Sciencias Mathematicas, que serão lecionadas pelos Srs.: Dr. Heraclito Sobral Pinto, Dr. Hamilton Nogueira e o padre Agostinho Jaensch, S.V.D e Dr. J. A. de Souza Vianna.

A directoria do Instituto compõe-se do Dr. Amoroso Lima, director; Dr. Paulo Sá, secretário; Drs. Affonso Penna Junior, Heraclito Sobral Pinto, Augusto Saboia Lima, Jonathas Serrano, Everardo Backheuser e E. Vilhena de Moraes, membros do conselho administrativo. (*A Noite*, 24 de maio de 1932)

No dia 25 de maio de 1932, dia seguinte à inauguração do ICES, o jornal volta a publicar notícia sobre sua inauguração.

Foi uma festa de grande alcance intellectual e extraordinarias proporções, pela sua numerosa e selecta frequencia, o acto de installação do Instituto Catholico de Estudos Superiores, realizado, hontem, á tardinho, na Escola de Bellas Artes.

O salão de conferencias desse estabelecimento encheu-se, transbordou mesmo, de um publico de escól, composto de professores, sacerdotes, alumnos de escolas superiores e muitas famílias da nossa melhor sociedade. (*A Noite*, 25 de maio de 1932, p. 2)

Bem como apresentado anteriormente no *Jornal do Brasil*, o jornal *A Noite* reitera a participação da elite intelectual, econômica, política e religiosa na inauguração do ICES, mostrando a forte ligação entre elites e Igreja católica.

O jornal *A Noite* passa a veicular notícias a respeito de conferências realizadas no ICES, bem como cursos oferecidos e palestras ministradas. Não apenas tais temas são abordados pelo jornal, como a relevância social, política, econômica e religiosa do Instituto. No dia 6 de julho de 1933, o jornal publica matéria sob o título “Movimento Cultural Catholico / O que representa, em nosso meio, o Instituto Catholico de Estudos Superiores” (*A Noite*, 6 de julho de 1933, p. 3). E, assim, continua

Os catholicos brasileiros arregimentam-se em todos os sectores, no sentido de influir cada vez mais na vida da nacionalidade. [...]

Sabendo que o Instituto Catholico representa uma grande conquista da intelligencia christã, a NOITE procurou ouvir o illustre sociólogo patricio [Alceu Amoroso Lima], que assim falou:

- O Instituto Catholico de Estudos Superiores, fundado a 24 de maio de 1932, exprime, realmente, alguma coisa de positivo. [...] O Instituto visa a formação religiosa e cultural de nossas elites.

[...]

O Instituto veiu colaborar, sim, para a restauração intellectual catholica positiva, que é a grande, que é a única esperanza que temos de ver de novo a unidade e a plenitude, nesses campos de pensamento humano, onde hoje reinam a dissociação e o sectarismo.

[...]

As tarefas immediatas são, de facto restaurar as pontes partidas entre a philosophia e ás sciencias particulares e, em seguida, repôr a metaphysica no posto de “sciencia reatrix” da ordem natural que lhe compete.

[...]

[...] os estudos philosophicos, longe de ser uma superfetação, numa nacionalidade como a nossa, são de necessidade fundamental, para dar ao pensamento formador da nacionalidade uma orientação segura e uma disciplina constructora. (*A Noite*, 6 de julho de 1933, p. 3)

Nessa mesma entrevista ao jornal, Amoroso Lima reflete acerca do papel das disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos do Instituto. O intelectual assim se refere à relevância dos cursos do ICES,

Á vista da importância do assumpto estabelecemos, no curso, a obrigatoriedade de três cadeiras: a sociologia, philosophia e theologia. A sociologia para mostrar que queremos partir da realidade sensível, da realidade social, da posição do homem na sociedade de nosso tempo e de todos os tempos, onde se processa a sua vida de relação. A philosophia para mostrar, que os estudos metaphysicos são fundamentaes para o equilibrio e a solidez do pensamento, em qualquer ordem de conhecimento. A theologia, enfim, para comprehendermos que o pensamento não desemboca no vácuo e que, ao contrario, parte sempre de uma realidade sensível para uma realidade substancial. Esse é o sentido do realismo integral de nossa posição.

Além dessas três matérias fundamentaes, creamos três cadeiras facultativas, de introdução ao direito, á mathematica e á biologia, visando especialmente os alumnos das faculdades de direito, de engenharia e de medicina, que pela orientação cada vez mais pragmática dos programmas perdem o contacto com as grandes realidades que governam e dão sentido aos seus estudos particularisados. (*A Noite*, 6 de julho de 1933, p. 3)

Ao analisar o discurso de Amoroso Lima, percebe-se a existência de uma intenção em se formar as elites intelectuais brasileiras ligadas ao pensamento católico. Amoroso Lima afirmou ser de extrema importância dar sentido – católico – aos estudos universitários, pois estes vinham se desligando a cada dia de um pensamento maior, que é o religioso, da fé cristã – católica.

No exemplar de 9 de maio de 1935, consta a notícia de reabertura do ano letivo no ICES. Lá, lê-se “O Instituto, que visa a formação religiosa e cultural das elites, já em 1933 apresentava um corpo discente de 210 alumnos, matriculados nessa época.” (*A Noite*, 9 de maio de 1935, p. 2, grifo da autora).

Assim como afirma o *Jornal do Brasil*, *A Noite*, em sua entrevista com Amoroso Lima, reitera o caráter elitista do Instituto, visando maior ligação entre elites – intelectual, econômica, social e política – e Igreja católica, na figura de pensadores e intelectuais católicos.

## 2.5 Os primeiros docentes do Instituto Católico de Estudos Superiores

Os docentes ligados aos cursos do ICES faziam parte da vida política, econômica, social e cultural brasileira. Formavam uma rede de intelectuais, ligados entre si pela religião.

Como já visto anteriormente, as matérias básicas obrigatórias do Instituto Católico eram teologia, filosofia e sociologia. No curso de teologia, o primeiro professor foi D. Thomaz Keller.

Pouco se sabe sobre a vida de Thomaz Keller. Sabe-se que era ligado ao Mosteiro de São Bento, e foi trazido da Alemanha para o Brasil para educar e auxiliar diversos jovens no caminho da religiosidade católica. Foi convidado por Alceu Amoroso Lima a lecionar teologia para os então futuros alunos do ICES. D. Thomaz era renomado teólogo, pregador e conferencista. Além de professor do ICES, D. Keller escreveu por diversas vezes na Revista *A Ordem*, mostrando sua intenção sempre em se combater o individualismo e pregando o conhecimento a Cristo. Além disso, D. Keller dedicou-se ao estudo e investigação das escrituras sagradas, sempre buscando converter e catolicizar a população com que tinha contato.

No ICES fundou, junto aos demais intelectuais católicos, o primeiro curso de teologia para leigos no Brasil, o qual também lecionou.

Frei Pedro Secondi nasceu no ano de 1901 na França. Ligado ao pensamento tomista desenvolveu seus estudos religiosos no convento de Saint Maximin, na França a partir do ano de 1926. Após a conclusão de seus estudos precisou escolher entre ser missionário em Jerusalém ou no Brasil. Escolheu o segundo e em novembro de 1931 chegou ao porto no Rio de Janeiro. Iniciou seu curso de filosofia no ICES ligado à filosofia tomista. Segundo o *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1981,

[...] o Cardeal Dom Leme esperava um dominicano jovem e doutor para lançar as sementes da Universidade que sonhava, sementes que na própria palavra do Núncio Apostólico, Dom Mazella, foram representados pelo Instituto Católico de Estudos Superiores que logo fundamos junto com Alceu Amoroso Lima, o abade beneditino Dom T. Keller, Sobral Pinto, Hamilton

Nogueira e outros professores do Centro Dom Vital. (*Jornal do Brasil*, 21 de abril de 1981, Caderno B – p. 5)

Percebe-se, assim, que, apesar de chegar ao Brasil no início da década de 1930, Frei Pedro organizou-se de tal forma a fim de auxiliar na fundação e abertura do ICES, tornando o sonho católico de dar o primeiro passo para a fundação de uma universidade católica brasileira realidade.

Para a cadeira de sociologia, Alceu Amoroso Lima iniciou seu trabalho como professor. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1891, Amoroso Lima formou-se em Direito em 1913, viajando, posteriormente, à Europa. Buscou, até o ano de 1924, escrever em jornais, participar de grupos intelectuais, enfim, perceber o mundo que o cercava. No entanto, em 1924, Amoroso Lima passou a buscar novos caminhos no que diz respeito à sua postura religiosa. Deu início a uma relação com Jackson de Figueiredo, líder católico, responsável pela Revista *A Ordem* e pelo Centro D. Vital. Foi graças a Figueiredo que Amoroso Lima passou a ler obras de intelectuais católicos.

Em 1928, Amoroso Lima converteu-se ao catolicismo, no mesmo ano em que Figueiredo faleceu. Amoroso Lima passou a dedicar-se à direção da Revista *A Ordem* e ao Centro D. Vital, fazendo com que tais instituições voltassem suas atenções ao que ocorria no âmbito cultural, social, econômico e político brasileiro.

Amoroso Lima foi encarregado por D. Leme em criar, no ano de 1932, a Liga Eleitoral Católica. Também nesse ano, Amoroso Lima passou a se dedicar ao magistério, lecionando sociologia no ICES. A abordagem religiosa da ciência sociológica ocorre pois Amoroso Lima considerava importante trazer para a realidade das elites brasileiras questões não apenas ligadas à realidade cotidiana, mas à realidade religiosa. Assim, deu início ao curso de sociologia no Instituto.

Quando, na década de 1940 foi fundada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Amoroso Lima foi convidado para ocupar a cadeira de literatura em ambas as instituições, dando continuidade ao seu trabalho como professor.

Desenvolveu seu trabalho ligado à imprensa e ao desenvolvimento católico no seio das elites econômicas, políticas e sociais brasileiras desde o momento em que se converte na década de 1924 até sua morte, em 1983.

Para a cadeira de Introdução às Ciências Jurídicas foi escolhido o advogado Heráclito Sobral Pinto. Nascido em 1893, o intelectual sempre fora ligado à religiosidade católica.

Em 1928 tornou-se Procurador-Geral do Distrito Federal e, no mesmo ano, ingressou no Centro D. Vital, tornando-se responsável por escrever a seção “Chronica Politica” da Revista *A Ordem*. Sobral Pinto foi um dos fundadores do Instituto Católico de Estudos Superiores, bem como se tornou um de seus primeiros professores, levando a seu curso os valores católicos ligados ao Direito.

Sobral Pinto dedicou-se em sua vida à defesa dos Direitos Humanos, lutando contra o governo autoritário de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar. Faleceu no ano de 1991, defendendo o catolicismo e os direitos de todos os cidadãos brasileiros.

O intelectual Hamilton Nogueira ocupou, no ICES, a cadeira de Introdução às Ciências Biológicas. Nasceu em 1897 na cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Graduou-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, exercendo, no entanto, a profissão em Minas Gerais.

Quando regressou ao Rio de Janeiro, tornou-se bastante ativo no movimento de reestruturação da Igreja católica, ingressando no Centro D. Vital, tornando-se, inclusive, vice-presidente do Centro.

Ao desenvolver seu curso no ICES, inseriu o pensamento católico nos estudos biológicos, buscando mostrar a seus alunos que havia algo além da biologia e da medicina que deveria ser considerado: a religiosidade católica.

Ao longo de sua vida, Hamilton Nogueira tornou-se senador nas eleições de 1945, exercendo tal cargo até o ano de 1955. Em 1958 tornou-se deputado federal. Além de sua participação como ativista católico e político, pertenceu a diversas associações científicas, vindo a falecer no ano de 1981.



A cadeira de Introdução às Ciências Matemáticas foi ocupada pelo padre Agostinho Jaensch<sup>5</sup> e pelo Dr. José Antonio de Souza Vianna.<sup>6</sup>

O padre Agostinho nasceu em 1882, estudou em Viena e se formou em 1908. Graduou-se em física e matemática na Universidade de Steiglitz, mudando-se para o Brasil em 1911. Lecionou física em Juiz de Fora, no colégio da Sociedade do Verbo Divino. Doutorou-se em 1932, na Universidade de Breslau. Também em 1932 tornou-se professor no curso de Introdução às Ciências Matemáticas do ICES. Em 1935 foi à China ensinar física na Universidade de Pequim. No ano de 1948 foi para os Estados Unidos e, em 1949 retornou ao Brasil.

Percebe-se, pelas breves biografias apresentadas, que os intelectuais católicos que atuaram nos momentos iniciais da história do ICES eram ligados a camadas privilegiadas e estudadas da sociedade carioca, particularmente. O interessante a ser notado é que essa elite estava conectada a uma rede de ligações e interesses pontuais, que acabaram por definir o paradigma curricular do Instituto, pautado no diálogo harmônico entre a teologia e as ciências humanas e biológicas, para viabilizar a formação cultural do laicato, pautada nos pressupostos da teologia católica, divulgados pelas encíclicas e cartas pastorais.

---

<sup>5</sup> Foram encontradas poucas informações a respeito do padre Agostinho Jaensch. Não foram encontradas informações sobre sua data de falecimento ou quaisquer informações posteriores a 1948.

<sup>6</sup> Infelizmente não foram encontrados registros do Dr. José Antonio de Souza Vianna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elite católica brasileira das décadas de 1910 a 1930 almejou criar novas tradições que dissessem respeito à nova situação política do Brasil, visando retomar sua notoriedade enquanto religião oficial do Estado. Percebendo que, para isso, deveria se reorganizar e formar novas alianças e repensar seu papel e situação, a elite católica se viu reorganizada, unindo as antigas tradições católicas ao republicanismo brasileiro, formando, assim, novos pensamentos e novas tradições. Pensando no campo educacional, percebeu que, para atingir número maior de adeptos às suas ideias, deveria investir no campo universitário. A elite católica se uniu, discutindo suas necessidades e pensamentos no Centro D. Vital. Assim surgiu, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores. Resposta dos intelectuais às novas necessidades passou a formar a nova elite política do Brasil. Assim a intelectualidade católica percebeu que, dessa maneira, poderia retomar sua notoriedade e participar ativamente da vida política do país.

Ao final da pesquisa foi possível constatar a importância do Instituto Católico de Estudos Superiores para a realidade brasileira da década de 1930. O Instituto foi fruto de discussões no seio da intelectualidade católica a fim de se fundar no Brasil a primeira universidade católica.

A união entre intelectuais e alta hierarquia católica possibilitou a fundação do Instituto e, como visto no trabalho, o sucesso de seus cursos. Criado para atender elites que vinham desligando-se da religião, a Igreja e seus intelectuais buscaram reaproximar tais instâncias. A intenção era que a união entre tais instâncias possibilitassem à Igreja retomar sua presença no âmbito político, social, econômico e, principalmente, no cotidiano da população.

A intelectualidade católica ocupou dois campos considerados essenciais: a imprensa e a educação. Tanto ocupou esses espaços que acabou por criar a Revista *A Ordem* e o Centro D. Vital, responsáveis por propagar as ideias católicas nos meios intelectuais. Além disso, aprimorou escolas católicas ligadas ao ensino básico, criou e desenvolveu seminários e criou instituições para que pudesse agir de

forma ativa na sociedade: fundou a Associação dos Universitários Católicos em 1929, a Seção Universitária da Revista *A Ordem* em 1930, a Liga Eleitoral Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores em 1932, dentre diversas outras ações.

A “Secção Universitaria” da Revista *A Ordem*, em especial, nos deu um panorama das intenções da Igreja no que diz respeito ao seu plano para o fortalecimento da participação católica no seio universitário brasileiro. Lá, encontraram-se diversas informações no que diz respeito à participação católica no ensino superior brasileiro. Para a intelectualidade católica, a “Secção Universitaria” era uma maneira de se conhecer as ações e intenções da Igreja no que diz respeito ao ensino.

A imprensa regular foi importante documento para compreender as relações entre Igreja, laicato católico e sociedade civil, uma vez que havia propagandas, textos, exposições relacionadas à Igreja que eram amplamente publicadas por jornais presentes na vida cotidiana da população. Os jornais *do Brasil* e *A Noite* forneceram informações sobre o cotidiano carioca das décadas de 1920 e 1930 e como se dava a relação entre intelectualidade católica e leiga.

A biografia dos professores do Instituto Católico de Estudos Superiores permitiu perceber a ligação dos intelectuais em uma rede, fazendo com que diversas realidades sociais, políticas e econômicas entrassem em contato e se complementassem, tornando o ICES um ambiente católico em que todas as áreas do conhecimento eram trabalhadas.

A pesquisa possibilitou perceber a mentalidade do período, tanto aquela ligada à Igreja, quanto a que não possuía relações com o catolicismo. Ao verificarem-se discursos e publicações, percebeu-se que a Igreja, apesar de buscar entrar em contato com novas realidades, manteve muito de seu caráter conservador e autoritário, buscando controlar tanto as elites quanto as camadas mais baixas da população. Assim, Igreja aproximou-se aos poucos de diversas realidades da população, tomando um lugar mais influente na realidade brasileira: ligando-se às elites e à população.

Dito isso, pode-se pensar na formação de uma rede de intelectuais católicos que tinham por finalidade serem agentes políticos ativos na década de 1930. Para isso, esses intelectuais visaram atingir as elites brasileiras com seus ideais católicos e, assim, forma-las ligadas à tal religião. Para atingir tal propósito, criaram, após discussões, o Instituto Católico de Estudos Superiores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. 2007. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira (Final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ASCENÇÃO, Vera Lúcia de; ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; e outros (org.). 1982. *A Revolução de 30 - textos e documentos*. Brasília: UNB, t. 1.

AZZI, Riolando. 1995. A educação católica no Brasil (1844 – 1944). In: LIMA, Irmã Severina Alves de (coord.). *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. 2001. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP, entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a imprensa*. Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. 2005. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

CASALI, Alípio Dias. 1995. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes.

----- 1989. *Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja*. Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1998. *Molde nacional e fôrma física: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF.

CAUVILLA, Waldir. 1992. *O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de 30*. Dissertação de Mestrado em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COUTROT, Aline. 2003. Religião e Política. In: RÉMOND, René. 2003. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CURY, Carlos R. Jamil. 1988. *Ideologia e educação brasileira: católicos versus liberais*. São Paulo: Cortez Autores Associados.

DESCHAND, Desidério. 1910. *A situação actual da religião no Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro Editor.

DIAS, Romualdo. 1996. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

EVANGELISTA, Olinda. 1997. *A formação do professor em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. Tese de Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FAUSTO, Boris. 2006. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jáder Medeiros. 1999. *Dicionário de Educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

GOMES, Ângela Maria de Castro [et al]. 2007. *O Brasil republicano - Sociedade e Política (1930 - 1964)*. v. 10, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GRAMSCI, Antonio. 1982. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris; PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al]. 2006. *O Brasil republicano – Sociedade e instituições (1889 – 1930)*. V. 9, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANOEL, Ivan Aparecido. 2004. *O pêndulo da História – tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem.

MARIA, Pe. Júlio apud VILLAÇA, Antônio Carlos. 2006. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a. edição.

MICELI, Sérgio. 2001. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

----- 2009. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

NAGLE, Jorge. 1974. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU.

PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil - entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. 2007. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 11.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2011. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.

RODRIGUES, Cândido Moreira. 2005. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp.

SADEK, Maria Tereza Aina. 1978. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo: Símbolo.

SALEM, Tania. 1982. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon. 1982. *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), p. 97-13.

SCHWARTZMAN, Simon. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV.

SGARBI, Antonio Donizetti. 1997. *Igreja, Educação e modernidade na década de 1930: escolanovismo católico, construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Ricardo. 2004. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos.

SKIDMORE, Thomas E. 2010. *Brasil: de Getúlio a Catello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras.

SIRINELLI, Jean-François. 2003. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. 2003. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1983. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). 2008. *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular.

VIEIRA, Carlos E. (2008). *Intelligentsia e intelectuais*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 16, p. 64-85, jan./abr. 2008



VILLAÇA, Antônio Carlos. 1975. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

WEBER, Sueli Wolff. 1998. Gramsci e Vygotsky: na educação para os excluídos. Dissertação de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina.

TORRES, João Camilo de Oliveira. 1968. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

## FONTES

A ORDEM. Rio de Janeiro, 1928 – 1935.

DOM LEME, Cardeal. 1916. *Carta Pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme* In: *Sal terrae, lux mundi*, Collecção para o clero. [193-?]. Petrópolis: Vozes.

EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fiéis da Igreja do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1890. In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *A Igreja na República*. Coleção pensamento político republicano, vol. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

JORNAL A Noite. Rio de Janeiro, 1930 – 1935.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 1930 – 1935.